

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda melhora previsão do PIB 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator confirma espaço extra para gasto do governo em 2024 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não entregar a declaração pode gerar multa e CPF suspenso 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

CadÚnico, base do Auxílio Brasil, tinha mais de 1 milhão de mortos em outubro de 2022
..... 9

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça Federal paga R\$ 23,2 bilhões em precatórios em 2023; veja quem recebe (Previdência)
..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"O governo terá desafio para dar sustentação ao regime fiscal" 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ser divisor de águas para o Brasil ,diz Gopinath 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA 19

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
SEGURIDADE SOCIAL

Reflexões sobre o problema da desigualdade (Artigo) 21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e do Caribe 25

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL de Bolsonaro foi mais decisivo para avançar com arcabouço fiscal do que PSOL e Rede,
que têm ministérios
..... 26

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Discussão sobre queda de juros é técnica, não deve ser política, mas é legítima, diz Haddad
..... 28

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Chanceler do Japão diz ter esperança na reforma tributária brasileira para elevar investimentos
..... 29

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que há aperfeiçoamento a ser feito nas metas de inflação e sinaliza fim iminente do ano-calendário

..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator afirma ter ampliado os gastos em R\$ 12 bilhões..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Aumento de gastos corrige desoneração"..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo vai aumentar projeção do PIB deste ano..... 34

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

PEC da Anistia só faz aumentar o desgaste da política (Editorial)..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Relator do arcabouço vê alta de gastos de só R\$ 10 bi..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Revisões para cima do PIB não são sinônimo de otimismo, alerta FGV Ibre..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SPE eleva previsão de crescimento para 1,9% este ano, antecipa Haddad..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Novo regime fiscal poderá gastar mais do que permite (Editorial)..... 42

Fazenda melhora previsão do PIB



De acordo com o chefe da equipe econômica, crescimento das despesas em 2024 ficará abaixo do teto previsto no arcabouço fiscal

Rafaela Gonçalves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta está revisando a expectativa de crescimento da economia neste ano para 1,9%. A previsão anterior era de expansão de 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "O trimestre foi relativamente bom, surpreendeu os economistas, e a gente entende que há condições de fechar o ano com crescimento entre 1,8% e 2%", declarou Haddad, em entrevista coletiva, em São Paulo. Intenção de consumo cresce 2,4% entre as famílias em maio. Cajado sobre arcabouço fiscal: é fantasioso que relatório libere R\$ 80 bi a mais

A revisão, segundo o ministro, consta no Boletim Macrofiscal, elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), que traz projeções para as principais variáveis macroeconômicas e será atualizado na próxima segunda-feira. Apesar da melhor expectativa de crescimento, ele ressaltou que a atividade econômica está em desaceleração devido ao alto patamar das taxas de juros, atualmente em 13,75% ao ano.

A publicação também deve elevar a projeção de **inflação** dos atuais 5,3% para 5,6%. Pelo último Boletim Focus, que contém a mediana das expectativas de mercado pelo Banco Central, a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2023 era de 6,02% e o crescimento do **PIB** era de 1%.

Questionado sobre o aumento da taxa de desemprego no Brasil para 8,8% no primeiro trimestre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ministro ponderou que o dado ainda é menor do que no ano passado. Ele avaliou que o país enfrenta um processo de desaceleração que já dura pelo terceiro ano por causa do aumento dos juros.

"A taxa de juro subiu a 13,75% no Brasil e vamos completar quase um ano. A julgar que teremos um Copom (Comitê de Política Monetária) só no final de junho, já temos quase um ano de uma taxa de juro real bastante expressiva. Então, é natural que a economia sofra uma desaceleração", observou.

Despesas

Haddad afirmou que as despesas públicas previstas no novo arcabouço fiscal devem ter crescimento inferior a 50% do avanço das receitas no exercício de 2024, em qualquer dos cenários projetados pela **Receita Federal** e pelo Tesouro Nacional. Pela regra, os gastos poderiam crescer na proporção de 70% da alta das receitas.

"Em nenhum cenário a despesa cresce mais do que 50%. Quando fecharmos o ano de 2024, você vai verificar que as despesas tiveram incremento inferior à metade do incremento das receitas", disse Haddad.

O ministro agradeceu, em nome do governo, a aprovação do requerimento de urgência na Câmara dos Deputados, com margem folgada de votos, para acelerar a tramitação. Ele se colocou à disposição para discutir mudanças na regra com o relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BR), e líderes da Casa.

"Esperamos que, na semana que vem, a gente tenha a tranquilidade para dar o suporte técnico à Câmara nas contas que precisarem ser feitas em relação a dúvidas de parlamentares, sobre a inclusão de despesas no teto de gastos, na questão da diferença entre **inflação** projetada e **inflação** apurada, esses pequenos detalhes que foram alterados no relatório, para dar mais robustez para a regra fiscal", afirmou.

Apesar do otimismo quanto à aprovação do mecanismo, o ministro admitiu que há uma dificuldade de cálculo do ganho de receitas. Segundo ele, o arcabouço não captou alguns incrementos de receitas no primeiro semestre, como a reoneração dos combustíveis. "Para evitar a confusão no primeiro ano, o relator nos perguntou qual a projeção do crescimento de receita do ano que vem para se certificar de que a despesa não crescerá mais do que 70%, mas em nenhum cenário ela cresce mais do que 50%", explicou.

Com a aprovação da urgência, o projeto deve furar a

fila de votação e ser colocado em apreciação diretamente no plenário, sem passar por comissões. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é submeter o mérito do marco fiscal para apreciação na próxima semana, entre terça-feira e quarta-feira.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/19/all.pdf>

Relator confirma espaço extra para gasto do governo em 2024



O relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA) Pedro Ladeira - 17/maio/23/Folhapress

Idiana Tomazelli Alexa Salomão

O relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), confirmou em nota oficial que as mudanças em seu parecer podem proporcionar um espaço extra para gastos em 2024. No entanto, ele questiona os números do mercado financeiro e vê um ganho menor que o estimado.

Economistas projetam uma folga de até R\$ 82 bilhões em 2024 graças a duas mudanças: a fixação do crescimento real do limite de despesas em 2,5% no ano que vem e a autorização para incorporar à base de gastos uma eventual aceleração da **inflação** até o fim de 2023.

O cálculo de R\$ 82 bilhões foi feito pelo ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments. Outras casas também apontaram um ganho, embora menor. Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, calcula um adicional de R\$ 68 bilhões.

A divulgação dos cálculos sobre o tamanho do espaço extra para o governo gastar gerou ruído. Tanto Cajado quanto o ministro Fernando Haddad (Fazenda) saíram em defesa do parecer, contestando os números.

Na nota, Cajado diz que a decisão de fixar o crescimento do limite em 2,5% para 2024 cria um espaço de "no máximo" R\$ 12 bilhões.

Já a mudança introduzida pelo relator na **inflação** a ser usada nas contas teria como consequência inicial um corte de cerca de R\$ 40 bilhões no limite de gastos do governo em 2024. Para que "não houvesse essa perda", ele autorizou o governo a manter esse valor ao incorporar aos números a aceleração do índice de preços esperada até o fim do ano.

"Nesse caso, o substitutivo não está acrescentando nenhum valor ao que foi proposto pelo governo", diz o relator.

A expansão é analisada enquanto economistas interpretam que a regra criada pelo governo resultaria em despesas crescendo abaixo do máximo de 2,5% permitido pela regra em 2024, primeiro ano de vigência do arcabouço.

Cajado diz que as projeções do governo e da Câmara divergiam. A consultoria da Câmara estimou que o crescimento da despesa ficaria em 1,9% no ano que vem.

Ao estabelecer um crescimento real da despesa maior, de 2,5%, o relator buscou convergir para a expectativa do governo, sob a justificativa de compensar o efeito da desoneração dos combustíveis adotada no segundo semestre de 2022, durante a gestão Bolsonaro. Esse foi o componente responsável pelo menor avanço da receita nas estimativas -que, por consequência, diminuem os valores para os gastos.

"Estima-se que, em razão da desoneração, o crescimento real da receita será de 2,9%, quando poderia ter alcançado 3,6%", afirma a nota do relator.

Economistas fora do governo tinham previsões ainda mais modestas para a expansão do gasto no ano que vem. Bráulio Borges, especialista em contas públicas, estimou que esse crescimento ficaria em 0,9%. Manoel Pires, do FGV Ibre, na casa de 1%.

Na avaliação do mercado, ao pedir que o crescimento fosse fixado em 2,5%, o Executivo tentava garantir um espaço extra para gastar o que não conseguiria com o aumento da receita, como proposto na regra. Também demonstra que o governo pretende protelar o ajuste e seguir ampliando as despesas mesmo depois do aval do Congresso para elevar os gastos em R\$ 168 bilhões neste ano.

A desoneração dos combustíveis também passou a puxar para baixo a correção do novo teto devido à outra mudança, no indicador de **inflação** usado para ajustar o limite.

A equipe de Haddad enviou a proposta do novo arcabouço fiscal prevendo a correção do limite de

despesas pela **inflação** observada de janeiro a junho do ano anterior e pela variação projetada para os preços de julho a dezembro do mesmo ano.

Essa opção repete a manobra usada pelo ex-ministro Paulo Guedes para ampliar o limite do teto de gastos, regra que agora será substituída pelo novo arcabouço.

A avaliação de técnicos que acompanham as negociações é de que a permissão para o uso de projeções na correção do limite de um ano para o outro deixaria nas mãos do governo a possibilidade de escolher uma estimativa maior para turbinar seu espaço para gastos.

O relator decidiu mudar o mecanismo e estabelecer a correção do limite apenas pela **inflação** já observada nos 12 meses até junho do ano anterior ao da vigência do teto -última informação disponível até o momento do envio da proposta de Orçamento, em 31 de agosto.

"Optamos em não trabalhar com estimativas e dar o realismo orçamentário e "possibilitar" a incorporação na base de tal diferença da **inflação**", diz Cajado.

Esse ponto traria diferença porque a **inflação** em 12 meses até junho deve ficar abaixo de 4%, enquanto o indicador acumulado até o fim de 2023 (e que poderia ser usado pelo governo, conforme a proposta) deve se aproximar dos 6%, diante da perspectiva de aceleração nos preços.

"Caso não fosse dado esse ajuste [ou seja, se fosse mantida a correção até o meio do ano sem nenhuma medida adicional], o substitutivo reduziria cerca de 2% do limite de despesa do ano de 2024 (em torno de R\$ 40 bilhões), sem considerar os efeitos na **inflação** do segundo semestre da nova política de combustíveis anunciada pela Petrobras. O que fizemos, portanto, no substitutivo, foi criar uma regra [para] que não houvesse essa perda", acrescentou o relator em nota.

Em entrevista concedida em São Paulo, Haddad também contestou os números do mercado. "Não tem nem como [chegar em R\$ 80 bilhões extras], porque no crescimento máximo de 2,5%, supondo uma despesa primária de 20% do **PIB**, nós estamos falando de 0,5% do **PIB**. Isso se o relatório não tivesse incluído no teto uma série de despesas que estão excluídas do teto que está sendo revogado, como por exemplo, a capitalização das empresas estatais", disse o ministro.

Segundo ele, a fixação da alta de 2,5% no primeiro ano foi adotada para evitar "um problema", já que muitas das medidas de recuperação de receitas adotadas pelo governo no início do ano ainda não serão captadas pela regra do arcabouço de forma a

permitir a maior expansão de despesas em 2024.

"A reoneração dos combustíveis que foi feita por este governo no primeiro semestre, por exemplo, não foi captado o incremento de receita. Várias medidas tomadas nesse primeiro ano de governo não foram captadas pela **Receita Federal**", afirmou.

A proposta original do governo já previa que a alta da arrecadação que baliza o crescimento real dos gastos seria medida conforme os valores acumulados em 12 meses até junho -deixando de fora eventuais ganhos no segundo semestre deste ano. Ainda assim, no entanto, esse resultado mais vigoroso das receitas, se concretizado, impulsionará a correção do limite de 2025.

Apesar do ruído em torno das mudanças, Haddad disse que "em nenhum cenário" a despesa de 2024 vai crescer mais que 50% do avanço das receitas no ano fechado de 2024.

Entenda a polêmica dos números do arcabouço

O QUE DIZ A REGRA PROPOSTA PELO GOVERNO?

O projeto do arcabouço fiscal prevê um limite de despesas que seria corrigido pela **inflação** acumulada de janeiro a junho do ano anterior, mais a variação projetada para o índice de preços entre julho e dezembro. Além disso, a despesa poderia ter um crescimento real equivalente a 70% da alta das receitas do governo em 12 meses até junho do ano anterior. A ampliação dos gastos acima da **inflação**, porém, deve respeitar o piso de 0,6% e o teto de 2,5% ao ano

COMO A REGRA FICOU NO PARECER DO RELATOR?

O relator mudou o horizonte da **inflação** para adotar a variação observada em 12 meses até junho do ano anterior -informação mais recente disponível na elaboração da proposta de Orçamento. Ao eliminar a parcela de projeção, o Congresso espera reduzir o grau de liberdade que o governo teria para elevar a estimativa e, assim, inflar seus gastos. Ao mesmo tempo, o relator autorizou o governo a ampliar o montante das despesas, caso a **inflação** do segundo semestre de 2023 seja maior do que a observada em igual período de 2022.

A diferença em 2024 poderá ser incorporada ao limite de gastos de forma permanente, servindo de base para a correção do teto nos anos seguintes.

Em outra mudança, o relator fixou o percentual de alta

real do limite de despesas em 2,5% no primeiro ano de vigência da nova regra. Esse é o teto da banda estipulada na proposta.

início do ano ainda não terão influência sobre o arcabouço em 2024 para permitir maior expansão de despesas, só nos anos seguintes.

QUAL É A CONSEQUÊNCIA DAS MODIFICAÇÕES?

Economistas do mercado viram nas alterações uma manobra para inflar o patamar de gastos de 2024 e, consequentemente, a base de cálculo do limite nos anos seguintes. São dos impactos distintos:

Até R\$ 40 bilhões, segundo a ASA Investments, ou R\$19 bilhões, segundo a XP Investimentos, devido à fixação do ganho real de 2,5% em 2024. Analistas esperavam um crescimento menor da receita e, por tabela, um avanço mais tímido do limite de gastos no primeiro ano. A diferença nas projeções resulta em uma elevação do espaço fiscal.

Até R\$ 42 bilhões para a ASA Investments, ou R\$ 49 bilhões para a XR devido à mudança na correção pela **inflação** e a autorização para ajustar o limite de 2024 pela **inflação** maior do fim deste ano.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50281&maxTouch=0&_ga=2.53700014.702525360.1684118486-1980247189.1672582619

O QUE DIZ O RELATOR?

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) confirmou a criação de um espaço extra em 2024 com as mudanças no relatório, mas contestou os números do mercado. Segundo ele, a própria Câmara tinha uma estimativa de crescimento mais tímido para o limite de despesas em 2024 (1,9%).

Já o governo esperava chegar ao teto de 2,5%.

"Essa diferença de 0,6% chegaria no máximo a R\$ 12 bilhões", disse em nota. Sobre a correção pela **inflação**, Cajado afirmou que a mudança implicaria um reajuste menor do teto, pois a **inflação** no fim de 2022 foi baixa devido à desoneração dos combustíveis adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Nas contas do relator, o corte seria equivalente a cerca de R\$ 40 bilhões. "O que fizemos, portanto, no substitutivo, foi criar uma regra [para] que não houvesse essa perda." Ele argumentou que o parecer só mantém um incremento nas despesas que já havia sido previsto pelo governo no projeto original. "O substitutivo não acrescenta nenhum valor ao que foi proposto".

O QUE DIZ O GOVERNO?

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que "não tem como" o espaço extra proporcionado pelo relatório chegar a R\$ 80 bilhões. Segundo ele, a fixação da alta de 2,5% no primeiro ano foi adotada para evitar "um problema", já que muitas das medidas de recuperação de receitas adotadas pelo governo no

Não entregar a declaração pode gerar multa e CPF suspenso

Cristiane Gercina

A entrega da declaração do Imposto de Renda 2023 para quem se enquadra nas regras definidas pela **Receita Federal** é obrigatória. O contribuinte que está obrigado a declarar o IR, mas não envia o documento sofre sanções. O prazo neste ano vai até 23h59 do dia 31 de maio.

Dentre as principais punições atreladas à falta de entrega da declaração estão pagamento de multa e suspensão do CPF (Cadastro de Pessoa Física), que fica "pendente de regularização", de acordo com o fisco, até que o contribuinte regularize a situação.

A multa mínima para o cidadão que é obrigado a declarar, mas não envia o IR no prazo é de R\$ 165,74, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano, de acordo com Marcos Hangui, consultor da King Contabilidade.

Os R\$ 165,74 são aplicados a quem tem imposto a restituir e, em geral, o valor é descontado da restituição. Já a multa de até 20% é aplicada a quem tem de pagar Imposto de Renda. O percentual é calculado sobre o valor do imposto total devido no ano à **Receita Federal**.

"As duas consequências mais relevantes em caso de atraso na entrega ou não apresentação da declaração [quando obrigatória] são as seguintes: multa estabelecida para o contribuinte de 1% ao mês. Essa taxa será calculada sobre o total do imposto devido, ainda que integralmente pago", diz Marcos Norberto Lima, professor do curso de ciências contábeis da FPMR (Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio).

Jonathas Lisse, advogado tributarista da VRL Advogados, afirma que não entregar o IR no caso de quem é obrigado não é uma opção. Em casos mais graves, segundo ele, a multa pode chegar a 150% do imposto devido ou resultar em prisão, caso haja o indiciamento por sonegação fiscal. "Está na lei, mas é uma situação extrema", explica.

Hangui também concorda que aplicação de multa de 150% e prisão são sanções para casos extremos, que só ocorrem após abertura de processo por parte da Receita, em que há direito de ampla defesa por parte do contribuinte. "Basicamente é quando se detecta

que foi ato intencional ou evasão fiscal", afirma.

Segundo a **Receita Federal**, quando o cidadão fica com o CPF "pendente de regularização", há diversos impedimentos ligados à cidadania. "Neste caso, a pessoa poderá ter problemas com contas bancárias, emissão de passaportes e programas sociais", explica o órgão.

Para regularizar a pendência, terá que apresentar a declaração. Como estará em atraso, será multado com o valor mínimo de R\$ 165,74 e o máximo de até 20% do Imposto de Renda devido no ano. "Com CPF irregular, não se consegue tirar passaporte, prestar concurso, tirar uma certidão", diz Hangui.

"O pagamento da multa aplicada pela Receita deverá ser feito em até 30 dias após a entrega em atraso por meio de Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais). No portal e-CAC, poderá ser baixada a notificação de multa no extrato de processamento da declaração", afirma Lima.

O professor também explica que, caso a Receita abra investigação por sonegação fiscal, a sanção passa para a área criminal. Neste caso, o contribuinte poderá ser investigado e ter o nome e o CPF inscritos em dívida ativa, com a inclusão no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

"A depender da decisão judicial, também é possível ter uma pena de reclusão que varia de dois a cinco anos", diz. Por envolver a União no processo de avaliação, haverá uma nova cobrança; é quando a multa pode chegar a 150%, explica Lima.

Se o CPF for inscrito no Cadin, há outras consequências, como dificuldade para obter empréstimo e fazer financiamento, restrições para alguns tipos de investimento e para receber futuras restituições do IR, e bloqueio judicial dos valores depositados em conta-corrente.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50281&maxTouch=0&_ga=2.53700014.702525360.1684118486-1980247189.1672582619

CadÚnico, base do Auxílio Brasil, tinha mais de 1 milhão de mortos em outubro de 2022

Cristiane Gercina

O CadÚnico (Cadastro Único), base para o pagamento de benefícios como o antigo Auxílio Brasil, hoje Bolsa Família, e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), tinha mais de 1 milhão de mortos registrados em outubro de 2022, segundo auditoria realizada pela CGU (Controladoria-Geral da União).

A investigação aponta inconsistências nas bases cadastrais do governo, que envolvem ainda outras situações irregulares em ano no qual o então presidente Jair Bolsonaro inflou o pagamento de auxílios em busca da reeleição.

Além do número de mortos que podem ter recebido benefícios sociais de forma irregular no ano passado, há ainda outras falhas. A principal delas é a falta de CPF. Do total de 91,8 milhões de pessoas cadastradas, 5,5 milhões não tinham o CPF informado no cadastro, ou seja, 6% do total, mostra a CGU.

Segundo o relatório, os cruzamentos de dados mostram 1.078.736 pessoas com registro de óbito no Sirc (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil) e/ou no Sisobi (Sistema de Óbitos) em outubro de 2022.

Deste total, 1.078.250 constavam como "cadastrado" no sistema e 486 outros casos apontavam que o cadastramento do cidadão poderia ocorrer no futuro. Para chegar a esse número, a CGU utilizou como chave de pesquisa o número do CPF e a data de nascimento da pessoa cadastrada. Foram excluídos os CPFs considerados sem preenchimento, que estavam registrados no CadÚnico com zeros.

O CadÚnico é um cadastro que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, público das políticas sociais do governo federal, estados e municípios. Nele, estão cidadãos de todo o país, inscritos por prefeituras ou governos estaduais. Para fazer parte do cadastro, as famílias realizam uma pré-inscrição online e, depois, precisam apresentar os documentos de forma presencial.

As análises da auditoria foram realizadas no ano de 2022, entre os dias 25 de abril e 16 de dezembro, informa a CGU. O relatório enviado ao governo mostra ainda a necessidade de aperfeiçoamento nos

processos de averiguação e de revisão cadastral das pessoas atualmente registradas no CadÚnico.

Segundo a Controladoria-Geral, essa constatação se dá em função de os auditores terem identificado, por exemplo, que, em outubro de 2022, havia famílias registradas de forma ativa no cadastro desde 2017 sem que tenham sido realizadas atualizações em seus respectivos cadastros no período. A lei do CadÚnico prevê atualização cadastral a cada dois anos.

O relatório da CGU identificou R\$ 3,89 bilhões em pagamentos indevidos no Auxílio Brasil. O montante tem origem em duas falhas diferentes. A primeira delas cruza dados da folha de pagamentos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e da Gfip (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à **Previdência Social**).

Neste caso, foram encontradas aproximadamente 468 mil famílias fora do perfil de renda do Auxílio Brasil, que receberam R\$ 218 milhões por mês no período analisado. Isso representa R\$ 2,18 bilhões no total.

A segunda falha é de controle no processo de acompanhamento mensal contínuo do programa, o que, de acordo com a CGU, pode "ter gerado o pagamento indevido a cerca de 367 mil famílias, em média, por mês, no período de janeiro a outubro de 2022". Nesse caso, seriam R\$ 171 milhões por mês, ou R\$ 1,71 bilhão entre janeiro e outubro do ano passado.

A queda nos sigilos de cem anos **impostos** por Bolsonaro em documentos oficiais do Planalto levou a CGU a revisar algumas medidas. Os relatórios iniciais indicam o uso da máquina pública nas eleições presidenciais de 2022, além de gestão potencialmente irresponsável na pandemia, segundo balanço do órgão.

Desde fevereiro, a pasta reavaliou 254 processos de sigilo da administração bolsonarista e determinou a abertura das informações na maior parte dos casos. Os dados que a controladoria já autorizou serem divulgados mostram que Bolsonaro concentrou a liberação do crédito consignado do Auxílio Brasil em outubro de 2022, mês em que ocorreram os dois turnos da eleição.

O uso desse crédito no período eleitoral é um dos argumentos usados em ações no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pedem que Bolsonaro se torne inelegível por abuso de poder político e econômico.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50281&maxTouch=0&_ga=2.53700014.702525360.1684118486-1980247189.1672582619

Justiça Federal paga R\$ 23,2 bilhões em precatórios em 2023; veja quem recebe (Previdência)

Cristiane Gercina

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberará, até o final deste mês, R\$ 23,2 bilhões para pagar os precatórios do governo federal a cidadãos que derrotaram a União em ações na Justiça. A maior parte deste valor é destinada aos aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) .

Precatórios são dívidas judiciais acima de 60 salários mínimos . O montante liberado anualmente envolve o pagamento de verba a aposentados e pensionistas da **Previdência Social** e também a servidores.

O ofício comunicando o total a ser pago foi enviado pelo CJF aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) no início deste mês. Na mensagem, a presidente do órgão, ministra Maria Thereza de Assis Moura, comunica o valor e diz que enviará o dinheiro ainda em maio. No entanto, não há detalhamento de quanto será destinado ao **INSS**. Segundo o órgão, o pagamento final aos segurados será até 15 de junho.

"A efetiva disponibilização dos valores na conta dos beneficiários, em face dos procedimentos administrativos internos nos tribunais e instituições financeiras, está prevista para ocorrer até a primeira quinzena do mês de junho."

Neste ano, assim como em 2022, o pagamento dos precatórios federais deverá seguir o que está determinado nas emendas constitucionais 113 e 114, oriundas da PEC (proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios , que estabelece regras para a quitação das dívidas, fazendo com que nem todos os cidadãos recebam.

O pagamento dos precatórios obedecerá à seguinte regra de prioridade:

Consultados, apenas dois dos cinco TRFs do país responderam à reportagem da Folha . O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, já divulgou sua lista de pagamentos em seu site trf3.jus.br . Para fazer a consulta basta clicar aqui .

Nesta região, serão depositados R\$ 4,4 bilhões para pagar precatórios a 39,8 mil beneficiários. Do total, R\$ 3,953 bilhões são para ações previdenciárias, para quitar a dívida existente em 34,9 mil processos de segurados do **INSS**. A liberação dos valores aos segurados está prevista para o início de junho.

Em nota, o TRF-3 afirma que, "conforme o limite orçamentário definido pelo artigo 107-A do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), não será possível pagar a totalidade dos precatórios inscritos nas propostas orçamentárias de 2022 e 2023 no corrente exercício". Dessa forma, os valores se acumulam.

No TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que atende os estados do Sul do país, o cronograma inclui repasse financeiro até o dia 20 de maio. O total a ser pago é de R\$ 2,993 milhões mais atualização monetária entre a data de expedição do precatório até o dia do depósito, valores ainda não calculados.

O tribunal informa que ainda não sabe o montante a ser destinado aos segurados do **INSS** nem a quantidade de processos encerrados que serão contemplados, incluindo o número de beneficiários. Os segurados devem ter o dinheiro liberado para saque por volta do dia 15 de junho.

Entra no lote de 2023 o segurado que teve a ordem de pagamento emitida pelo juiz entre os dias 2 de julho de 2021 e 2 de abril de 2022. Valores liberados depois serão pagos apenas em 2024. Antes da PEC dos Precatórios, a quitação desses atrasados era feita entre julho de um ano e julho de outro.

Só tem chance de entrar na lista de precatórios quem já ganhou a ação contra o **INSS**, sem possibilidade de recurso, ou seja, com o processo transitado em julgado. Além disso, o valor deve ser acima de 60 salários mínimos.

Para o ano de 2021, o valor-limite é de R\$ 66 mil. Para 2022, o limite de pagamento é a partir de R\$ 72.720. Para saber se vai receber, a consulta deve ser feita no site tribunal responsável pela localidade onde o processo foi iniciado.

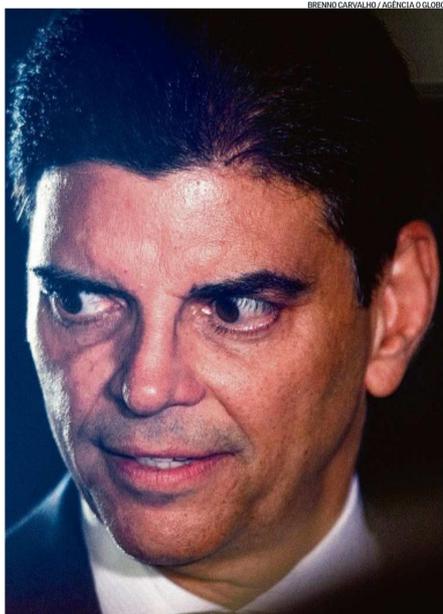
É possível consultar pelo número do CPF do credor, pelo registro na OAB do advogado ou pelo número do processo judicial. É preciso conferir, no campo "Procedimento", o que está escrito. Se aparecer PRC, significa que a dívida supera 60 salários mínimos e é um precatório.

O pagamento depende da data em que os tribunais federais receberão o dinheiro vindo do CJF e da abertura de contas, etapa chamada de processamento, que pode durar até uma semana. Quando o dinheiro é liberado, o crédito é feito em um banco público no nome do favorecido, seja o segurado ou seu advogado. Pode ser na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/justica-federal-paga-r-232-bilhoes-em-precatorios-em-2023-veja-quem-recebe.shtml>

"O governo terá desafio para dar sustentação ao regime fiscal"



Cajado: relator diz que só fará alterações na proposta com acordo de líderes

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

Relator do projeto do novo marco fiscal do país, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) está estudando as emendas e sugestões apresentadas ao seu parecer e afirmou que não está fechado a mudanças, mas que só incluirá o que passar pelo crivo de todos os partidos e do governo. Entre as sugestões avaliadas está impedir que o Executivo aumente **impostos** como forma de cumprir a meta fiscal e, assim, não acionar os gatilhos que vedam o crescimento de despesas, como salários.

Em entrevista exclusiva ao Valor, o deputado do PP rebateu as acusações de economistas do mercado financeiro de que flexibilizou o texto para liberar mais R\$ 80 bilhões em gastos pelo governo no próximo ano (leia abaixo) e antecipou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o informou que enviará dois projetos para aumentar a arrecadação tão logo o arcabouço seja aprovado pelo Congresso, mas destacou que o governo precisará organizar sua base aliada para que essas propostas não sejam "contaminadas".

"O governo permitiu que as CPIs fossem instaladas, a base está desarticulada, então, vai ter que enfrentar essas turbulências", disse. Veja, a seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: Os 367 votos a favor do requerimento de urgência surpreenderam o senhor? Esse placar diminui a abertura para mudanças?

Cláudio Cajado: Fiquei feliz. Estava no meu radar o apoio de 340, 350 deputados. Fiquei satisfeito com a votação, mas não fico mais radical sobre a abertura para alterar o texto. Continuo com a tese de que, se a sugestão for para aprimorá-lo, apurar lacunas, estou aberto a ouvir. Agora, não gostaria de individualmente tomar a decisão sem que houvesse a anuência do colégio de líderes e também do governo.

Quando construí o texto, ouvi a todos. Gostaria de fazer o mesmo até a votação final porque vejo que foi um processo exitoso.

Valor: Haverá outra reunião com os partidos antes de votar o texto?

Cajado: Espero que o presidente [Arthur] Lira convoque os líderes na segunda-feira ou terça-feira.

Vou levar as sugestões que tenho recebido e as emendas apresentadas já com o posicionamento técnico dos consultores para que possamos fechar o texto, mantendo-o ou alterando-o.

Valor: Mais de 40 emendas foram apresentadas. Há disposição de acatar alguma delas?

Cajado: Já estamos trabalhando tecnicamente em cada uma delas. A maioria sugere reduzir o teto de crescimento real das despesas de 2,5% para 2%. Ainda não me debrucei sobre elas, mas tudo que incluímos no parecer foi em cima de muito estudo. Vou analisar a justificativa para ver o que pode ser aceito.

Valor: Será possível concluir a votação em apenas um dia?

Cajado: Ainda não dá para saber.

A previsão é que se vote na terça-feira ou na quarta-feira.

Depende da reunião, da abrangência das emendas, das conversas com as bancadas. Na segunda-feira espero ter a radiografia completa das sugestões.

Valor: Haddad já indicou ao senhor como fará para aumentar a arrecadação e dar sustentabilidade à nova âncora fiscal?

Cajado: O ministro me disse que mandará dois projetos de reforço de arrecadação após a aprovação do marco fiscal. Não me especificou quais. O governo vai ter que se desdobrar, vai ter que superar esse desafio para dar sustentação e efetividade ao regime fiscal. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, me respondeu um ofício com as estimativas, mas pediu sigilo.

Valor: Com um ambiente mais turbulento, com quatro Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara, não será complicado aprovar esses projetos?

Cajado: Não posso fazer esse exercício de futurologia. Existe uma determinação do presidente Arthur Lira de, após a aprovação do marco fiscal, entrar na **reforma tributária**. Essas demais matérias vão ter que conviver com o ruído político. O governo permitiu que as CPIs fossem instaladas, a base está desarticulada, então, vai ter que enfrentar essas turbulências.

Espero que, com o que for de interesse do país, tenhamos na Câmara a mesma consciência e maturidade que estamos tendo no debate do regime fiscal. É importante não deixar contaminar.

Valor: O PSD pediu que o senhor coloque no projeto dispositivo que garanta o não aumento da carga tributária. O senhor vai acatar?

Cajado: Tivemos essa proposta do deputado Pedro Paulo [PSDRJ].

Ele está com receio de que, se o governo não atingir os recursos necessários para zerar o déficit e ter a garantia de dar sustentação ao regime fiscal, pode tentar aumentar a carga tributária para atingir a meta [e impedir o acionamento das punições e gatilhos].

Ele quer que, ao pedir a suspensão das vedações, o governo não possa apresentar o aumento de **impostos** entre as medidas compensatórias. Estamos estudando e avaliando.

Valor: A bancada do DF pressiona contra a mudança na regra de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Haverá recuo?

Cajado: Não tem prejuízo nenhum ao fundo. Pelo contrário.

Até 2025 continua da mesma forma.

Depois terá a correção pela **inflação** mais reajuste

mínimo de 0,6%. É melhor do que existe hoje, que é percentual da receita corrente líquida, porque a nova regra traz mais previsibilidade.

Valor: Uma das emendas no plenário deve ser para permitir o reajuste aos **servidores públicos** em caso de descumprimento da meta e o Congresso sempre foi resistente a penalizar os servidores.

Cajado: Ninguém criou nenhuma medida draconiana, seja contra a gestão, seja contra qualquer servidor público ou contra o presidente.

Zero. O que fizemos foi forçar a perseguição da meta com sanções administrativas. Se tem que contingenciar e não contingencia, o governo tem que responder por essa falha administrativa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187548?page=1§ion=1>

Reforma tributária pode ser divisor de águas para o Brasil ,diz Gopinath



Gita Gopinath: O nosso cenário base é que a inflação recuará para as metas em 2024 ou 2025, a depender do país

Sergio Lamucci De Brasília

A **reforma tributária** dos **impostos** indiretos pode ser um divisor de águas para o Brasil, avalia Gita Gopinath, primeira-vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Ela simplificaria o sistema tributário e tem a capacidade de aumentar o crescimento potencial", disse Gopinath. "Se for aprovada, será uma conquista significativa." Em entrevista ao Valor, a número 2 do FMI mostrou ainda uma visão positiva sobre o arcabouço fiscal proposto pelo governo, por considerá-lo útil para a sustentabilidade da dívida e por ajudar num ambiente de **inflação** alta.

A economista, porém, entende que há espaço para um esforço mais ambicioso de ajuste das contas públicas além de 2026, o que contribuiria para o endividamento público entrar numa trajetória mais firme de queda.

Em discussão na Câmara dos Deputados, a reforma dos **tributos** indiretos envolve a unificação de três **impostos** federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS), que poderá ser feita eventualmente em duas fases - primeiro com a junção dos federais e depois com a dos regionais.

Para Gopinath, embora essa reforma seja em princípio desenhada para ser neutra do ponto de vista das receitas, ela pode ajudar a levantar recursos

adicionais, dado o impacto positivo esperado sobre o crescimento potencial.

Ao falar da economia global, Gopinath traçou um quadro marcado por pressões inflacionárias difíceis de serem dobradas. Para enfrentá-las, os bancos centrais precisam manter-se firmes e seguir com uma política monetária apertada, afirmou ela, que fez a palestra de abertura da Primeira Conferência Anual do Banco Central (BC), realizada na quarta-feira, em Brasília. Na capital, Gopinath também se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Gopinath falou ao Valor depois de seu discurso no BC, destacando também os riscos para a atividade econômica global. O cenário base do FMI aponta para um "caminho estreito" em que a **inflação** volta aos níveis anteriores à pandemia sem uma recessão profunda em muitos países, incluindo os EUA. "Há um caminho estreito para evitar uma recessão neste ano. Mas, dito isso, há bastante incerteza em torno da nossa projeção e as possibilidades são mais para o lado negativo do que para o lado positivo", advertiu Gopinath.

A economista ressaltou ainda que o FMI trabalha com um crescimento mundial mais baixo. "Se você olhar para as nossas estimativa mais recentes para o crescimento de médio prazo da economia global, ele é de 3%. Se você fizesse a mesma pergunta em 2011, era 4,6%", afirmou ela, lembrando que a taxa de expansão de médio prazo da China deve desacelerar, com o país enfrentando questões como o envelhecimento da população e uma produtividade mais fraca.

Nascida na Índia e com cidadania indiana e americana, Gopinath foi economista-chefe do FMI de 2019 a 2022, assumindo o posto atual em janeiro do ano passado.

Foi professora da Universidade Harvard e, antes disso, da Universidade de Chicago. Tem doutorado pela Universidade Princeton, concluído em 2001. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Depois de um longo período de **inflação** baixa, a economia global enfrentar pressões inflacionárias resistentes nos últimos anos.

Quão preocupantes são essas pressões e como os bancos centrais devem lidar com elas?

Gita Gopinath: A inflação está caindo em muitos países, especialmente os índices "cheios". Os núcleos de inflação, porém, parecem cair muito mais gradualmente e se mostram mais rígidos.

Aqui é que está a preocupação.

Nós saímos de um período de juros reais [descontada a inflação] muito baixos, e agora estamos num período em que os juros reais subiram significativamente, para serem capazes de reduzir a inflação. Eu de fato acredito que nós começamos a ver os efeitos dessa política monetária mais apertada sobre a demanda agregada e, com isso, ajudando a baixar a inflação. Os fatores do lado da oferta que antes tinham um papel importante, por causa das perturbações nas cadeias produtivas, em grande medida se dissiparam, e isso também contribui para reduzir a inflação.

Dada a persistência da inflação, nós temos que assegurar que a política monetária continue crível e as expectativas para os índices de preços não desancorem.

Esses são os motivos pelo qual a nossa mensagem para os bancos centrais é manter o curso e a política monetária apertada.

Valor: A sra. acredita que os juros vão ficar nos níveis atuais por um longo período? Há o risco de um novo equilíbrio de inflação mais alta, juros mais altos e crescimento mais baixo?

Gopinath: Enquanto os bancos centrais conseguirem ser bem sucedidos em reduzir a inflação, e nós não temos um cenário em que as expectativas se desancoram, a nossa expectativa é que os juros reais voltarão a ficar ao redor de onde estavam antes da pandemia - embora seja algo obviamente sujeito a incertezas. O nosso cenário base, porém, de fato envolve crescimento mais baixo no médio prazo.

Se você olhar para as nossas estimativa mais recentes para o crescimento de médio prazo da economia global, ele é de 3%. Se você fizesse a mesma pergunta em 2011, era 4,6%. Nós estamos projetando uma desaceleração do crescimento de médio prazo. O crescimento da China de médio prazo, por exemplo, deve desacelerar. O tamanho da economia chinesa já aumentou substancialmente, então não é surpreendente que a sua taxa de expansão esteja desacelerando.

Além disso, a China tem os mesmos problemas que

vários outros países do mundo enfrentam, como o envelhecimento da população e o crescimento fraco da produtividade, dois fatores que vão levar a um crescimento menor. Então nós de fato esperamos que o crescimento seja mais baixo, mas isso não significa que a inflação será mais alta. O nosso cenário base é que a inflação recuará para as metas dos bancos centrais em 2024 ou 2025, a depender do país.

Valor: Na conferência do BC, a sra. disse que há poucos precedentes históricos, se é que há algum, de a inflação cair de níveis muito altos sem uma desaceleração econômica significativa. Isso significa que temos de esperar uma desaceleração mais forte da atividade tanto em países desenvolvidos como nos emergentes como o Brasil?

Gopinath: Este tem sido um período muito único. Nós nunca tivemos esse tipo de pandemia que vimos recentemente, em 2020. E, claro, há também a guerra na Ucrânia. Com isso, há desafios únicos desta vez. Esse é o motivo pelo qual mantemos aberta a possibilidade de que pode haver uma correção suficiente da inflação sem uma desaceleração significativa, mas seria muito atípico historicamente.

As possibilidades estão para o lado negativo. Nós podemos ter uma piora da atividade maior.

E também é possível que os juros tenham subir mais para reduzir a inflação, o que obviamente levaria a uma desaceleração mais significativa do crescimento ou mesmo a uma contração.

Valor: Nesse cenário, para a inflação voltar aos níveis pré-pandemia, teremos que assistir uma desaceleração econômica mais forte?

Gopinath: O nosso cenário base é que há um caminho estreito para a inflação cair para os níveis anteriores à pandemia sem uma recessão profunda em muitos países, incluindo os EUA. Há um caminho estreito para evitar uma recessão neste ano. Mas, dito isso, há bastante incerteza em torno da nossa projeção e as possibilidades são mais para o lado negativo do que para o lado positivo.

Valor: A sra. alertou várias vezes sobre os riscos de fragmentação geoeconômica desde o ano passado.

Quão graves são esses riscos hoje, mais de um ano depois do começo da guerra e mais de três anos após o começo da pandemia da covid-19?

Gopinath: Nós estamos muito preocupados com as consequências das tensões geopolíticas sobre a integração econômica. A pandemia causou preocupação sobre a resiliência das cadeias de oferta,

mas, ainda mais importante, a invasão da Ucrânia pela Rússia fez os países ficarem ainda mais preocupados em relação à segurança econômica e à segurança nacional. Há um bom motivo para os países quererem diversificar as fontes de onde conseguem os seus suprimentos. É importante, porém, que isso não leve ao protecionismo ou a um descolamento sério da economia global. Essa é uma preocupação.

Nós fizemos uma análise mostrando quais seriam os custos de um descolamento severo, por exemplo, no comércio, e isso reduziria o **PIB** global em 7% de modo permanente, o equivalente a perder as economias da França e da Alemanha. Então esses são custos substanciais. Ainda não se vê a fragmentação nos dados do comércio, mas certamente se vê em termos de preocupações levantadas ao redor do mundo por empresas e a atenção dispensada aos riscos de fragmentação.

E nós temos visto as barreiras comerciais em alta. Tudo isso pode enfraquecer a integração econômica.

Valor: Quão preocupados devemos ficar sobre a crise do teto da dívida nos EUA? Até alguns anos atrás seria inconcebível pensar num calote dos EUA. A sra. acha que isso é uma possibilidade real?

Quais seriam as consequências de um default dos EUA?

Gopinath: É absolutamente crucial que isso seja resolvido o mais rápido possível, que todas as partes relevantes se reúnam e cheguem a uma solução que evite qualquer tipo de default dos EUA. Seria catastrófico se ocorresse, para os EUA e para o resto do mundo. Nós temos esperança e aguardamos que isso seja resolvido em breve.

Valor: Os mercados emergentes estão preparados para enfrentar uma nova era de juros mais altos nos países desenvolvidos?

Gopinath: Comparados a algumas décadas atrás, os mercados emergentes estão numa posição melhor para enfrentar esses choques.

Eles têm arcabouços mais fortes de políticas. Vários adotaram o regime de metas de **inflação**.

Eles têm independência do banco central e arcabouços fiscais mais saudáveis, e muito foi feito para fortalecer a estabilidade financeira. Tudo isso os ajudou a suportar os choques que enfrentaram. Mas isso não significa que eles estejam completamente isolados. E, como eu aconselharia todos os países, é muito importante permanecer muito vigilante, especialmente sobre estresses que podem afetar o

sistema financeiro.

Valor: O governo brasileiro apresentou o novo arcabouço fiscal há algumas semanas. A sra. acha que a nova regra fiscal vai ajudar a estabilizar a relação entre a dívida e o **PIB** e reduzir as incertezas fiscais?

Gopinath: Em primeiro lugar, nós apoiamos fortemente o compromisso do governo em melhorar a posição fiscal do Brasil. Como dissemos no **comunicado** à imprensa [referência à nota divulgada na terça-feira, com a conclusão da visita da missão do FMI ao Brasil neste ano, que faz um raio X sobre a economia do país], nós vemos a possibilidade de mais ambição em termos de haver um período mais longo de consolidação fiscal que vá além de 2026, o que poderia colocar a dívida numa trajetória firme de queda. O arcabouço fiscal que o governo está propondo é muito útil para dar credibilidade à sustentabilidade da dívida, e também para ajudar no ambiente atual de **inflação** alta.

Valor: Mesmo se o arcabouço se concentra mais em elevar as receitas do que em controlar as despesas?

Gopinath: As autoridades ainda estão trabalhando em diferentes partes da legislação. Mas deixe-me ressaltar o que seria um ponto realmente significativo: a reforma da tributação indireta [uma referência à reforma que envolve **impostos** como IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS]. Se for aprovada, será uma conquista expressiva.

Valor: A **reforma tributária** pode ser um divisor de águas para o Brasil?

Gopinath: A reforma dos **impostos** indiretos seria uma mudança de águas para o Brasil. Ela simplificaria o sistema tributário e tem a capacidade de aumentar o crescimento potencial. Então, pelos dois motivos, seria um resultado significativo.

Valor: Essa reforma pode também ajudar a elevar receitas e contribuir para o governo cumprir as metas fiscais?

Gopinath: A reforma dos **tributos** indiretos é em princípio desenhada para ser **neutra** do ponto de vista das receitas, mas pode ajudar a trazer receitas adicionais, por causa do impacto positivo esperado sobre o crescimento potencial do país.

Valor: O Brasil passa por um período de baixo crescimento desde 2014, enfrentando uma recessão severa em 2015 e 2016. O que o Brasil deve fazer para crescer a taxas mais altas de modo sustentável?

Gopinath: No caso do Brasil, um fator que pode ter um papel muito importante é a transição verde. O Brasil está realmente fazendo um trabalho impressionante na transição verde, colocando-se como um líder nessa área. E, dada a importância da energia limpa na matriz energética no Brasil, a sua vantagem comparativa em produzir energia solar e eólica, o país está numa posição boa como potencial de fornecer produtos verdes para o mundo, de se tornar um centro de produção manufatureira de bens verdes. Essa seria uma maneira de elevar o crescimento potencial. A segunda é melhorar habilidades e a qualidade da educação, o que sempre acreditamos ser essencial para aumentar o crescimento da produtividade. E eu sei que o governo também está muito focada em reduzir a pobreza e a desigualdade, que são passos muito importantes que eles estão tentando tomar.

Valor: Há um mês, a sra. tuitou que o banco central brasileiro apertou a política monetária apropriadamente para reduzir a **inflação**. Os juros brasileiros estão em níveis elevados, a economia está desacelerando e a **inflação** está perdendo fôlego, mas segue acima da meta e das expectativas para este ano e para os próximos. Em que medida o novo arcabouço fiscal pode ajudar a controlar as expectativas de **inflação** e abrir espaço para um ciclo de queda de juros?

Gopinath: Nós apoiamos fortemente o compromisso das autoridades a melhorar a posição fiscal do Brasil. Nós notamos que o plano de reduzir o déficit primário e ter um superávit primário de cerca de 1% do **PIB** em 2026, o que ajudaria a reduzir as pressões inflacionárias e também ajudaria na sustentabilidade da dívida. Isso seria um passo muito útil.

Valor: E essa trajetória para o resultado primário é realista?

Gopinath: É o que o governo propôs e eles têm tomado medidas para serem consistentes com essa trajetória. Como nós dissemos no **comunicado** à imprensa, nós vemos espaço para uma ambição um pouco maior a esse respeito.

Pode haver outras medidas de apoio, como ampliar a base tributária, para ajudar a elevar receitas, e nas despesas obrigatórias, o componente do gasto que tende a ser rígido no orçamento.

Valor: A Argentina enfrenta mais uma vez uma **inflação** muito alta e uma moeda em desvalorização acelerada.

O que a Argentina pode fazer para enfrentar essa crise e como o FMI pode ajudar a Argentina?

Gopinath: A Argentina atravessa um período desafiador. Há muita fragilidade na economia.

A grave seca complicou a situação ainda mais. Nós estamos trabalhando muito de perto com as autoridades para restaurar a estabilidade macroeconômica. Dada as circunstâncias, são necessárias políticas mais fortes de sustentabilidade fiscal e também para aumentar o volume de reservas.

Os dois fatores ajudarão a reduzir a **inflação** na Argentina.

Nós trabalhamos muito de perto com parte da quinta revisão do programa [do FMI com o país vizinho].

Nós também ajustamos as metas para as reservas, reconhecendo o impacto da seca. Nós estamos em consultas próximas e nossas equipes técnicas estão trabalhando juntas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187548?page=1§ion=1>

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA



Ana Utumi: tributos sobre o consumo respondem, em média, por cerca de 30% do total das receitas dos países da OCDE

Laura Ignacio De São Paulo (Colaborou Marta Watanabe)

A maioria dos países do mundo cobra imposto sobre o consumo de bens e serviços e quase todos os integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exigem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A única exceção seria os Estados Unidos, onde a cobrança é subnacional.

É o que aponta pesquisa realizada pelo escritório Utumi Advogados, que analisou a tributação sobre o consumo na Índia, EUA, Canadá, Nova Zelândia e México. Segundo a OCDE, em 1º de outubro de 2022, 174 países e territórios do mundo já haviam implementado um IVA.

Especialistas estudam as reformas tributárias realizadas pelo mundo - em especial na Índia, uma das mais recentes - para tentar prever o que acontecerá por aqui. Nesses países, o imposto incide em todas as fases de produção e distribuição e, em geral, alcança também direitos, o que inclui os intangíveis, como marcas.

As exportações são comumente abrangidas pelo IVA, embora normalmente taxadas a zero. Por outro lado, aponta o levantamento, a importação está sujeita à tributação para garantir a neutralidade do sistema tributário.

"**Tributos** sobre o consumo respondem, em média, por cerca de 30% do total das receitas tributárias dos países da OCDE", destaca o estudo.

Em 2022, o órgão registrou que a média da alíquota do IVA no mundo estava em 19,2%. A menor alíquota é a de Andorra, de 4,5%, e a maior é a da Hungria, de 27%. No Brasil, hoje se fala em criar uma alíquota de 25%, por meio da **reforma tributária**.

Nos Estados Unidos se discute a viabilidade de se instituir um IVA federal, mas, hoje, as alíquotas variam por Estado, de 5% a 10%. Incide sobre o preço da mercadoria sem incluir o próprio tributo. Já no Canadá, é cobrada alíquota federal de 5%. Em algumas províncias, cobra-se ainda o local, de 6% a 9,75%.

E, em outras, ambos estão embutidos em uma só alíquota, de 13% ou 15%, conforme mostra a pesquisa.

Na Nova Zelândia, a alíquota do IVA no país é de 15%. Além disso, é cobrado um tributo seletivo sobre bebidas alcoólicas, produtos de tabaco e certos combustíveis (gás natural comprimido, gasolina) - nesse caso, a alíquota varia conforme o produto. No México, a situação é semelhante.

O IVA tem alíquota de 16% no país e há um imposto seletivo sobre produtos do mesmo tipo.

Um sistema complexo que melhorou com a instituição de um IVA foi o indiano. Dos participantes do Brics - agrupamento econômico que reúne, além da Índia, Brasil, Rússia, China e África do Sul -, é o país que passou mais recentemente por uma **reforma tributária**. "Acabou abarcando uma série de tributações, gerando simplificação", diz Ana Utumi sócia-fundadora da banca e professora do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

Na Índia, mesmo um imposto seletivo e um tributo estadual sobre luxo, que já existiam antes, entraram nessa unificação. Concluída em 2017, a **reforma tributária** indiana criou algumas poucas alíquotas, que variam a depender do tipo do produto, considerando o quanto é "essencial". O percentual teria ficado entre 5% e 28%.

"No caso da Índia, a carga tributária não chega a 20%

do **PIB**, enquanto no Brasil ultrapassa a barreira dos 30%", diz Ana. "Com a nova tributação, após a reforma, a arrecadação do país cresceu mesmo com a pandemia da covid-19", acrescenta.

Durante as negociações para a implementação da reforma, os municípios indianos tiveram medo de sair perdendo. Acabaram ficando de fora, segundo Guilherme Lanzellotti Medeiros, coordenador jurídico do Grupo JBS e autor do artigo "A **Reforma Tributária** Indiana de 2017 e o seu Papel no Desenvolvimento Socioeconômico do País. Lições para a Reforma da Tributação do Consumo no Brasil", publicado na revista do IBDT, onde é professor assistente.

A Índia, de acordo com o professor, implantou uma espécie de IVA dual: um federal e um estadual. "Pelo que se tem falado, há mais semelhanças do que diferenças entre a reforma implantada na Índia e a discutida no Brasil", afirma Medeiros.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110, que tramita no Senado, propõe a instituição de um IVA "dual": um federal administrado pela União e outro que juntaria o ICMS e o ISS, para ser gerido por Estados e municípios. Já a PEC 45, em andamento na Câmara, pretende criar um IVA nacional.

Segundo Medeiros, havia uma guerra fiscal entre os Estados na Índia e eles temiam, como no Brasil, perder autonomia com a reforma.

Mas ela foi aprovada dando direito ao uso amplo de créditos (físicos e financeiros), porém, sem dedução cruzada, separando os créditos da União dos créditos dos Estados.

A sistemática indiana não inclui um sistema de "cashback", mas dá direito ao uso de créditos reconhecidos por até um ano. No Brasil, vários modelos de cashback internacionais são estudados pelo governo para devolver parte do imposto pago de volta à população: Bolívia, Canadá, Colômbia, Equador e Uruguai, esse último já mencionado expressamente por Bernard Appy, secretário especial de **Reforma Tributária**, por permitir o crédito imediato.

Além disso, na Índia um esquema de compensação foi criado. "A União se comprometeu em repor toda perda de arrecadação dos Estados, por causa da **reforma tributária**, pelo prazo de 5 anos", diz Medeiros.

Outras características da situação tributária da Índia, antes da reforma, eram parecidas com as do Brasil atual. "Um grande problema lá era a maior parte do **PIB** vir do setor de serviços, mas a tributação ser voltada ao comércio", afirma Medeiros.

"Também existia na Índia a sobreposição de incidência tributária em uma mesma cadeia de consumo." Segundo dados de 2022, estimase que houve um crescimento de até 2% do **PIB** da Índia após a **reforma tributária**. De acordo com Medeiros, foi constatado um interessante impacto sobre o **PIB**, vinculado à diminuição do compliance tributário (práticas para reduzir o risco no cumprimento da **legislação tributária**).

"Várias concessões foram necessárias para a **reforma tributária** na Índia ser promulgada e aqui deverá acontecer da mesma forma", diz.

Mas lá não implementaram um período de transição. Segundo Ana Utumi, a reforma passou a valer praticamente de um dia para outro. No Brasil, afirma Rodrigo Orair, diretor da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, com a aprovação de um IVA dual, a entrada em vigor de um novo tributo federal - fruto da união de PIS, Cofins e IPI - seria imediata. Haveria um período de transição de quatro a seis anos para o tributo subnacional (ICMS e ISS).

Ana Utumi lembra que, mesmo na apuração do Banco Mundial sobre "paying taxes" (pagamento de **impostos**), a Índia não estava tão "na lanterna" em termos de custos e gasto de tempo para as empresas apurarem **tributos** quanto o Brasil. De acordo com o último relatório Doing Business, de 2021, a Índia estava na 115ª colocação, enquanto o Brasil aparecia no 184º lugar.

Para Ricardo Varsano, economista no FMI, o IVA dual da Índia é ruim, mas, ainda assim, incomparavelmente melhor do que existe hoje no Brasil. "Ruim porque o IVA na Índia foi preparado por um grupo composto pelos quase 30 Estados, mas para chegarem a um acordo foi preciso aceitar diversas alíquotas e isenções que prejudicam muito a qualidade do imposto." Mesmo assim, acrescenta Varsano, foi possível unificar o mercado interno, o que a tributação do início do século impedia. "Estavam 70 anos atrás do Brasil e hoje estão na frente."

"IVA dual da Índia é ruim, mas ainda assim melhor do que existe hoje no Brasil" Ricardo Varsano

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187548>

Reflexões sobre o problema da desigualdade (Artigo)

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)

Em seus discursos pré-eleitorais, e nos de sua posse em Brasília, o presidente Lula enfatizou o problema crônico da desigualdade de renda, agravado pela pandemia da covid-19, ampliando substancialmente a pobreza e o número de moradores de rua que lutam por sobrevivência.

A questão da desigualdade de renda não é problema de hoje e não afeta somente o Brasil, como também toda América Latina. Ficamos chocados com o que vemos na capital do estado mais rico do país: são cerca de 48 mil (aproximadamente 192 mil no Brasil) pessoas dormindo ao relento, pedintes nos semáforos e, em muitos casos, com crianças a tiracolo. O número de pessoas em situação de rua no Brasil é 12 vezes mais que há dez anos, segundo pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. A fila de desabrigados nos locais onde são oferecidas refeições é triste representação da situação geral do povo.

A questão referente àqueles em situação de rua não é exclusividade do Brasil, pois o mesmo se registra em grandes cidades como Nova York, Paris e Washington, porém não com a dimensão que constatamos em São Paulo.

Temos também a concentração de dependentes químicos e traficantes em certos pontos do centro da cidade, um desafio constante para os gestores públicos.

Mais de 90% dos países tiveram redução no seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre 2020 e 2021. A pobreza no Brasil, em ascensão desde o fim do segundo mandato de Lula, aumentou substancialmente, batendo recordes.

Dados do IBGE mostram que de cada 10 brasileiros, 3 vivem abaixo da linha da pobreza e em condições de extrema pobreza, e indicam que essa tendência se manteve em 2022.

Pessoalmente, não simpatizava com o projeto de renda mínima que tem como incansável defensor o atual deputado estadual e ex-senador Eduardo

Suplicy. No entanto, as circunstâncias dos últimos anos, principalmente decorrentes da pandemia, contribuíram para que eu repensasse a minha opinião em favor do projeto.

No que se refere à questão conjuntural e ao impacto da pandemia em diferentes países de norte a sul, os governos nacionais adotaram medidas e políticas variadas e extensivas para minimizar o efeito em diferentes atividades econômicas, principalmente nas pequenas e médias empresas, seja por suspensão temporária de **tributos** ou outras rendas dos estados nacionais, tendo como principal obrigação a manutenção dos empregos.

No Brasil, em projeto do governo anterior, o Congresso aprovou o chamado Auxílio Brasil com a disponibilização de renda mínima para as camadas sociais mais afetadas pela pandemia.

Também foi relançado o Bolsa Família, com novo cadastro, um dos marcos no primeiro mandato do presidente Lula.

No apagar das luzes de 2022 foi aprovada por deputados e senadores, com apoio do governo eleito, uma renda mínima de R\$ 600 para 2023. O debate continua quanto ao impacto que esse auxílio e outras despesas sociais terão nas contas públicas. A questão fiscal tem sido tema de críticas ao novo governo devido à justificada preocupação de aumento da nossa dívida interna.

O que acima escrevi ilustra de forma sumária a gravidade do quadro social e as medidas de curto prazo tomadas para mitigar o sofrimento dos mais pobres.

A desigualdade e a pobreza não estão circunscritas a nosso país. Nos Estados Unidos também é tema relevante que sensibiliza alguns segmentos representativos.

Chama atenção que nos EUA, nos últimos 50 anos, apesar de o país ter se tornado uma superpotência, capaz de mapear o genoma humano, erradicar a varíola, reduzir sensivelmente a taxa de mortalidade de crianças e reduzir as doenças coronarianas em nível superior a 70%, na questão da pobreza não se registra equivalente avanço.

Consideradas as estimativas do governo americano, a parcela da população abaixo da linha de pobreza em 1970 era de 12,6% do total. Duas décadas depois era de 13,5%, e em 2019 era de 10,5%, a despeito de o país ter crescido significativamente. Segundo dados de 2020 do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, 1% das famílias americanas têm um patrimônio líquido combinado de US\$ 34,2 trilhões (30% de toda a riqueza familiar nos EUA), enquanto os mais pobres detêm apenas US\$ 2,1 trilhões (1,9% de toda a riqueza).

O sociólogo Matthew Desmond, que teve trechos de seu livro "Poverty, by America" incluídos em um artigo no "New York Times" de 9 de março, argumenta que os esforços para diminuir a pobreza foram paralisados porque as autoridades e a sociedade americana simplesmente deixaram de buscar soluções. Segundo ele, o elevado índice de pobreza foi causado pela desindustrialização, e o fato de muitos trabalhadores não serem sindicalizados colabora para esse quadro.

"As elites americanas fracassaram nos últimos 50 anos, bloquearam iniciativas para o aumento do bem-estar da sociedade, enquanto os proprietários exilam os pobres das grandes cidades, o que fomenta a crise de moradia", escreve Desmond.

Ao não apoiar e remunerar adequadamente a sua força de trabalho, as elites atentaram contra seus próprios interesses.

O autor verifica uma cumplicidade, pois elas reconhecem os custos, mas têm uma resistência a mudanças.

Quanto à questão da sindicalização, o que vemos na América do Sul não favorece a tese de Desmond. A Argentina é caso exemplar, e na França vemos protestos quanto ao aumento da idade para aposentadorias apesar dos números que Macron tem apresentado serem convincentes.

Em artigo no Valor em 24 de março, Guilherme Lichlank, PhD em economia-política do governo pela Universidade Harvard e professor de economia da Universidade de Zurique, também se refere ao artigo de Desmond sob o título "A persistência da pobreza e o capitalismo disfuncional".

Lichlank lembra que se estabeleceu enorme progresso na redução da pobreza durante a primeira metade do século XIX no Brasil resultante da combinação da consolidação das políticas de transferência de renda e do crescimento da economia, mas posteriormente tivemos a estagnação.

Segundo o IBGE, a população vivendo em domicílios com renda per capita inferior a R\$ 5,50 por dia (linha de pobreza definida pelo IBGE) foi de 25,9% em 2019 (antes da pandemia) e de 27,3% em 2022. A crise econômica atingiu desproporcionalmente os mais vulneráveis. Começamos a terceira década do século XXI com 29,4% da população em nível de pobreza.

Após a análise de uma série de aspectos da desigualdade existente no Brasil e EUA, devemos reconhecer que ainda falta sensibilização em nossa sociedade quanto à questão da desigualdade e seus efeitos negativos sobre nosso desenvolvimento socioeconômico.

Encontrei no livro "Desigualdades" de Anthony B. Atkinson (Leya Brasil, 2016) diferentes considerações sobre a questão das desigualdades e a formulação de propostas para mitigar esse problema. Selecionamos alguns tópicos que julgamos relevantes ao debate para o tema da pobreza.

No capítulo 2, sobre desigualdade econômica ao longo do tempo, os dados históricos demonstram que a desigualdade social diminuiu durante as décadas pós-Segunda Guerra (até os anos 1970) na Europa como resultado de várias forças equalizadoras. Posteriormente, esses mecanismos de aumento da igualdade, que incluíam políticas de conscientização social, pararam de funcionar e começaram a ter um efeito inverso, a "virada da desigualdade", que se deu na década de 1980, a partir de quando ela aumentou sistematicamente na maioria dos países.

Ele alinha 15 propostas, das quais selecionei 7:

1: O sentido da mudança tecnológica deve ser, da parte dos formuladores de políticas, na direção da inovação que aumente a empregabilidade dos trabalhadores e enfatize a dimensão humana da oferta de bens e serviços.

2: As políticas públicas devem visar o equilíbrio de poder entre os interessados e, para essa finalidade, cabe (a) introduzir uma dimensão explicitamente distribucional na política de concorrência; (b) garantir um marco legal que permita aos sindicatos representar os trabalhadores de forma estável; e (c) estabelecer, onde isso ainda não exista, um Conselho Econômico e Social envolvendo os parceiros sociais e outros órgãos não governamentais.

3: O governo deveria adotar uma meta explícita para evitar e reduzir o desemprego e corroborar sua ambição ao oferecer emprego com salário-mínimo garantido para quem o procura.

4: Adoção de uma política nacional de pagamento, que

consistisse em dois elementos: o salário mínimo estatutário definido como salário digno e o código de prática para o pagamento acima do mínimo, acordado como parte de uma "conversação nacional" envolvendo o Conselho Econômico e Social.

5: Estrutura de tributação mais progressiva para o imposto de renda pessoal, com alíquotas marginais nas diversas faixas de renda até um teto de 65%, além de ampliar a base tributária.

6: Herança e transmissões de bens intervivos devem ser tributados de acordo com um imposto de receita de capital progressivo.

7: Adoção de um imposto proporcional ou progressivo sobre a propriedade com base em avaliações atualizadas do imóvel.

Martin Feldstein, economista de Harvard que foi o primeiro a pesquisar sobre **seguridade social** nos EUA, argumenta que a "ênfase deveria ser a de eliminar a pobreza e não a distribuição geral de renda. A desigualdade entre todos os cidadãos do mundo reflete o impacto combinado da desigualdade dentro de cada país e entre estes".

A desigualdade tem certamente na questão educacional, em seus diferentes níveis e nos sistemas vigentes, uma de suas causas básicas. Diferenças educacionais, aqui e no exterior, principalmente em países ocidentais, se agravaram nos últimos anos. Estudantes de maior renda tiveram acesso a conectividade enquanto os segmentos de menor renda não a acessaram em sua quase totalidade nos sistemas educacionais a distância.

Segundo pesquisa da FGV, o Brasil perdeu 2 pontos percentuais por ano no **PIB** ("Estadão", 6 de março) em razão de não atingir ao menos a nota média de estudantes de países desenvolvidos em avaliações internacionais. Quando nos reportamos a educação, lembro que arte e cultura são partes do processo de cidadania.

Um segundo aspecto que certamente ampliou as desigualdades é a questão da regressividade da tributação da renda.

Em janeiro de 2023, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, mais de 300 milionários de 13 países se reuniram para pedir aos líderes políticos que combatam a "riqueza extrema" e tributem mais os "ultrarricos" com o objetivo de aliviar a tensão do custo de vida das famílias de menor renda. Os que assinaram externaram sua preocupação com o nível desestabilizador da desigualdade.

A questão tributária é polêmica. Se por um lado a carga fiscal brasileira é pesada, ela fornece uma escapatória para aqueles que têm maior renda.

A **reforma tributária** está entre as prioridades do governo atual e vem sendo discutida há anos. Creio que o momento ofereça condições para realmente aprovamos uma mudança no sistema, no mínimo com simplificações.

Não seria justificada uma cizânia entre ricos e pobres. Crucificar empresas ou empresários que construíram patrimônios de maneira honesta e respeitando as oportunidades existentes gerando empregos e abrindo novos mercados carece de fundamentos.

Isso não implica obviamente sermos negligentes, ou indiferentes, sendo tolerantes com as distorções que permitem o enriquecimento de forma ilícita e que devem ser punidos dentro da lei.

Os **tributos** não devem ter a funcionalidade exclusiva de suprir o Estado de recursos para cobrir seus custos, que devem ser comedidos. Parece-me razoável que aqueles de maior renda contribuam com uma parcela de seus ganhos para mitigar as diferenças existentes.

Do artigo "A **reforma tributária** beneficiará os mais pobres", de Melina Rocha, consultora internacional sobre **tributos** do Banco Mundial (Valor de 20 de abril), selecionei os seguintes trechos: "Como a **reforma tributária** poderá beneficiar os mais pobres?"

A ciência nos explica e a resposta é muito simples: arrecadando mais de quem tem mais para distribuir para quem tem menos. Com base nessa premissa, esses estudos econômicos mostram que, do ponto de vista distributivo, é muito mais eficaz tributar todos os produtos e devolver o imposto pago aos mais pobres do que criar desonerações tributárias." "Adotada em diversos países, a devolução personalizada do imposto - ou "cashback" - é o instrumento mais eficaz para desonerar o consumo dos mais pobres. Ao invés de desonerar produtos, o cashback desonera as pessoas, aquelas que mais precisam, aqueles que não podem e não devem pagar **tributos** sobre seu consumo." "Alguns países, como o Uruguai, foram ainda mais longe e nem chegam a cobrar o imposto dos beneficiários no momento da compra. No Uruguai, a pessoa não precisa pagar o imposto para depois receber a devolução porque a desoneração é feita automaticamente, na hora em que efetua a compra do produto." "A **reforma tributária** poderá acabar com privilégios e beneficiar quem realmente precisa e, definitivamente, não podemos perder mais uma vez esta oportunidade." O aumento da empregabilidade é um dos fatores fundamentais. Certamente, uma

parcela relevante daqueles que estão nas ruas prefeririam estar hoje trabalhando.

Artigo de Fernando Abrucio (Valor de 3 de março) merece registro quanto à desigualdade social no Brasil: "As profundezas da desigualdade residem, primeiramente, na história mais ampla de um país em que a ideia de igualdade não norteou o projeto de construção nacional. A partir da Constituição de 1988, a visão de que há direitos iguais para todos começou a se implantar numa escala maior.

Mesmo assim, uma parcela influente da sociedade ainda não acredita num modelo civilizatório mais igualitarista e continua seguindo o diagnóstico feito pelo abolicionista Joaquim Nabuco: no Brasil, todo mundo quer ser senhor".

Como é do conhecimento geral, os desafios na área política não serão menores pois o presidente da República está sem maioria assegurada no Congresso para apoiar programas oriundos do Executivo que buscariam diminuir a desigualdade.

Também um mercado eficiente e dinâmico, com boa governança, permitirá que as empresas busquem recursos para construir e ampliar suas operações e novos projetos gerando renda e empregos, pois sabemos que a diminuição das desigualdades depende fundamentalmente do retorno de crescimento do país. Emprego é o remédio eficaz que dá dignidade ao trabalhador.

A formação tecnológica deve estar à altura dos desafios de um mercado cada vez mais digitalizado e sob a influência das mudanças tecnológicas, inclusive de Inteligência Artificial, que nos atropela com grande velocidade.

Devemos buscar um no círculo virtuoso.

A nova geopolítica mundial que está se desenhando, nos oferece oportunidades que precisamos aproveitar.

Nossa política na área de relações internacionais é fundamental para a atração de investimentos e assim, complementar a poupança nacional.

Como enfatizado em diferentes partes desse texto, crescer requer investimentos que irão gerar empregos. As desigualdades têm no componente emprego sua variável fundamental.

Confirmando o conteúdo do texto, em 11 de maio de 2023 o IBGE, em estudo divulgado, apontou que a desigualdade entre ricos e pobres no ano passado caiu para o maior nível da série histórica.

Atribuiu-se à ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 e das ofertas de emprego.

No entanto, a diferença do rendimento domiciliar per capita entre os dois extremos continua com nível elevado, comparado aos demais países. Ao menos estamos no caminho certo e devemos perseverar.

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187548>

Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e do Caribe

Rosana Hessel

O Brasil tem a maior carga de **impostos** da América Latina e do Caribe, de acordo com um relatório sobre estatísticas tributárias para a região elaborado pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecido como o clube dos ricos

Conforme dados do levantamento, com base em dados de 2021, enquanto a média de **tributos** cobrados pelos países latino-americanos ficou em 21,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o peso dos **impostos** sobre o **PIB** do Brasil foi bem maior, de 33,5%, o mais elevado entre as 25 nações pesquisadas. Barbados e Argentina completam o pódio, com taxas de 31,9% e de 29,1% do **PIB**, respectivamente. Os dados argentinos, no entanto, foram baseados nos informe das províncias. Na lanterna, o Panamá registrou a menor carga tributária, de 12,7% do **PIB**.

O estudo da OCDE, de 221 páginas, mostra ainda que a arrecadação dos países da região voltou ao nível pré-pandemia em 2021, em meio a uma recuperação econômica e ao aumento de preços de commodities. O relatório mostra que 18 das 25 nações listadas registraram aumento da carga tributária e queda nas sete restantes: Santa Lucia, Uruguai, Panamá, México, Barbados e Guiana.

O crescimento médio, em pontos percentuais, da carga tributária em relação ao **PIB** foi de 0,8 ponto percentual. A liderança de aumento ficou com Belize (5 pontos percentuais), seguido por Chile (2,8), Peru (2,4) e Brasil (2,4). A maior queda no índice de carga tributária foi observada na Guiana, de 4,5 pontos percentuais.

Carga pesada

Essa carga de **impostos** pesada contribuiu para o fato de o Brasil crescer muito pouco historicamente, porque a maioria dos ajustes fiscais foram feitos, em grande parte, via aumento de **tributos**. Como as políticas públicas e os subsídios nunca foram devidamente avaliados e revisados, o governo busca gastar mais para atender aos lobbies de políticos, empresas e sindicatos fortes, que conseguem reajustes acima da média, e até mesmo aos militares, que foram

agraciados no governo Jair Bolsonaro (PL) com regalias como teto salarial duplex. Logo, uma **reforma tributária** ajudaria a dividir melhor o peso dos **impostos** sobre os ombros dos brasileiros, sem falar na simplificação do emaranhado tributário que existe e que desanima muitos empresários nacionais e estrangeiros a investirem no país.

De acordo com uma estimativa que vem sendo constantemente citada pelo economista e secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a aprovação da reforma ajudaria o país a aumentar o **PIB** potencial de 12% a 20%, em uma década.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5095553-brasil-tem-a-maior-carga-de-impostos-da-america-latina-e-do-caribe.html>

PL de Bolsonaro foi mais decisivo para avançar com arcabouço fiscal do que PSOL e Rede, que têm ministérios

Por Dimitrius Dantas e Victoria Abel - Brasília

Partido do ex-presidente Jair Bolsonaro e dono da maior bancada da Câmara, o PL ajudou mais o governo a aprovar a urgência do arcabouço fiscal, pauta prioritária do Palácio do Planalto, do que Rede e PSOL, que comandam ministérios. Um terço dos deputados da principal legenda de oposição endossou o avanço do texto, irritando a militância bolsonarista, o que já levou a cúpula da sigla a atuar para conter fissuras. No caso do PSOL, em que todos os parlamentares foram contra a proposta, também há reflexos: uma ala do PT considera que a traição em massa pode ameaçar a promessa de apoio ao deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) na corrida pela prefeitura de São Paulo no ano que vem.

As duas votações mais relevantes no Congresso até agora tiveram resultados distintos para o Planalto: evidenciaram que o tamanho restrito da base demandará negociações caso a caso, mas indicaram um possível caminho para a articulação política. Além da urgência para apreciação do arcabouço, a Câmara votou - e derrubou - decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alterariam o marco do saneamento, aplicando uma derrota ao petista. Um levantamento do GLOBO com base nos dois resultados mostra que 191 deputados, ou 37% do total, apoiaram as novas regras de gastos após terem ido contra os interesses do Executivo nas mudanças no saneamento, sinalizando que há margem de negociação com o governo.

- Nenhum deputado é obrigado a votar do jeito que o governo quer. A cada votação você tem que conversar com todos - disse Lula na semana passada.

No caso do partido de Bolsonaro, foram 29 votos favoráveis a acelerar a tramitação do arcabouço e 59 contrários - o patamar de um terço de aprovação foi considerado alto na Câmara para uma sigla que se opõe a Lula e cuja liderança orientou o voto "não". Há um grupo do PL que se identifica mais com o Centrão, ala conhecida pelo pragmatismo político do que por posicionamentos ideológicos, do que com a extrema-direita e não esconde que votará com o Planalto sempre que concordar com as propostas.

O deputado Yury do Paredão (PL-CE), por exemplo, foi atacado por bolsonaristas nas redes sociais e chamado de traidor. Mas Luiz Carlos Motta (PL-SP), outro a votar favoravelmente à urgência, negou que o partido tenha feito cobranças.

- Nossa bancada é muito grande. É difícil ter unidade. O partido vai cobrar união nas pautas da direita conservadora, como as de costumes. Mas muitos acharam que as modificações no texto do arcabouço foram satisfatórias e precisamos ter respeito pelos mandatos. Não é o caso de fecharmos questão - afirmou ao GLOBO o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ).

A federação que une PSOL e Rede, por sua vez, apresentou 12 votos contra e nenhum a favor. O posicionamento irritou petistas, mas não surpreendeu integrantes da equipe econômica que, sob reserva, afirmam que a legenda "não tem vocação para governar nem conciliar".

Lideranças do PT afirmam que a aliança para lançar Boulos à prefeitura de São Paulo em 2024 pode estar sob risco se a legenda insistir no voto contra o arcabouço fiscal também no mérito. Diante do mal-estar, um petista ainda lembrou que na mesma semana em que o atual prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), fez um gesto de apoio à **reforma tributária**, Boulos votou contra a urgência do principal projeto do governo até agora.

- A atuação no Congresso não está diretamente atrelada a acordos eleitorais, mas acho que se Boulos votar contra a proposta do regime fiscal sustentável, ele perde uma oportunidade de se apresentar como uma liderança que dialoga ao centro - disse o deputado federal Kiko Celeguim (SP), presidente do PT no estado de São Paulo.

Já o presidente do PSOL, Juliano Medeiros, minimizou os impactos políticos do posicionamento na Câmara:

- Não acredito que uma votação seja suficiente para comprometer eventuais alianças em 2024. Ninguém vai votar sempre junto, isso faz parte da dinâmica do Parlamento. A bancada do PSOL gostaria de ter mais

tempo para discutir propostas ao texto.

ministerios-1.ghtml

O levantamento com base nas duas votações mostra que há ainda 118 congressistas que votaram ao lado do Planalto em ambos os casos - os integrantes do "núcleo duro" estão em patamar ainda distante do necessário para a formação da maioria absoluta demandada por certos tipos de projetos. Por outro lado, 82 parlamentares se posicionaram contra o governo nas duas ocasiões, indício de que as portas estão fechadas nesse grupo.

A análise considerou os 401 deputados que votaram nas duas matérias. Existe também um grupo formado por dez integrantes de PSOL e Rede que foram a favor das alterações no saneamento e contra o marco fiscal, sentido inverso da maioria.

As duas votações tiveram eixos distintos. No marco do saneamento, a tentativa do governo de mudar via decreto um tema aprovado em lei pelo Congresso gerou reações contrárias e uma derrota expressiva. Já em relação ao marco fiscal, a necessidade de uma regra que substitua o teto de gastos é defendida de maneira suprapartidária, ampliando o arco do governo - hipótese mais fácil de se repetir em temas econômicos, como a **reforma tributária**, do que em assuntos que envolvam costumes.

Desde o início do mandato de Lula, o Planalto tem se esforçado em construir uma base aliada mais sólida com a qual possa contar em votações de seu interesse. Os dados revelam que os partidos de centro que têm ministérios, casos de MDB, PSD e União Brasil, simbolizam, ao mesmo tempo, a dificuldade, já que tiveram peso decisivo na derrota do saneamento, e oportunidade de abertura de espaços - 79 integrantes desse conjunto de legendas apoiaram o Planalto ao menos uma vez.

No Centrão, o PP, do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), recompensou o Planalto com 34 votos em uma das oportunidades. No Republicanos, que também se declara independente, há 31 deputados com alguma inclinação favorável ao Executivo. O desenho tem potencial de ser decisivo, já que há novas possíveis derrotas à vista, como no caso do marco temporal das terras indígenas e na reestruturação da Esplanada dos Ministérios. Há um movimento que envolve até mesmo partidos da base que miram um esvaziamento do poder de petistas, repassando, por exemplo, atribuições da Casa Civil, chefiada por Rui Costa (PT), para o Planejamento, que tem a emedebista Simone Tebet no comando.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/pl-de-bolsonaro-foi-mais-decisivo-para-avancar-com-arcaouco-fiscal-do-que-psol-e-rede-que-tem->

Discussão sobre queda de juros é técnica, não deve ser política, mas é legítima, diz Haddad

São Paulo e Brasília

Ao considerar que as medidas do governo para reequilibrar as contas públicas abrem espaço ao início de uma distensão monetária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a discussão sobre corte de juros é legítima e não pode ser política.

Essa discussão é técnica, não deve ser política. Ela é legítima. Você pode ter dois economistas bem formados, um que acha que é melhor esperar e outro que pensa que pelo andar da carruagem já há espaço para que a política monetária reforce a política fiscal, comentou em entrevista ao empresário Abilio Diniz no programa Caminhos, da CNN Brasil.

Segundo Haddad, a discussão não é mais sobre o que o Banco Central (BC) deve fazer, mas sim quando a autoridade monetária começará a cortar os juros. Dentro da técnica, é possível você discutir, assinalou o ministro da Fazenda, fazendo um paralelo com a Medicina. Se isso não fosse possível, você jamais ouviria a segunda opinião do médico. Por que você ouve uma (segunda) opinião do médico? Para ouvir uma opinião política? Não, para ouvir uma opinião técnica, que valide a primeira opinião.

Entre as ações tomadas para recompor as finanças do governo federal, Haddad salientou não ter sido fácil para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reonerar os combustíveis. Porém, avaliou que a medida foi compreendida pela sociedade. Ninguém gosta de populismo que vai naufragar depois de dois anos.

Na entrevista, Haddad manifestou também confiança na votação da **reforma tributária**, para a qual o Congresso, julgou, está pronto. Uma vez encaminhados o arcabouço fiscal e a reforma dos **impostos** sobre o consumo, o ministro adiantou que o governo deve avançar, a partir do segundo semestre, numa agenda com objetivos de médio e longo prazo que inclui transição energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada por sua matriz limpa. Há um conjunto de 100 ações programadas e organizadas em seis eixos para completar a transição ecológica até o fim do mandato, informou.

Para Haddad, o governo está com mais noção de suas possibilidades e do nível de integração que precisa manter com os demais Poderes. Internamente, pontuou, podem haver divergências, arbitradas pelo presidente Lula. Contudo, no básico todos do governo convergem para o mesmo lugar, garantiu.

Em debate com Abilio sobre a origem dos problemas da maioria dos países - se por falta de projetos, como defendeu o ministro, ou por falta de gestão, como sustentou o empresário -, Haddad comentou que a máquina pública já foi melhor no Brasil. Passamos por um desmantelamento da máquina pública, não diria em todos os setores, afirmou o titular da Fazenda, apontando os ministérios de Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, e da Saúde entre os que mais sofreram nos últimos anos.

Essas coisas estão sendo recompostas, afirmou. No que diz respeito à Fazenda, quero dizer que as carreiras de Estado da Fazenda são carreiras de excelência. Você encontra técnicos de excelente qualidade, do assunto que você imaginar, e que agora se sentem, na minha opinião, um pouco mais valorizados e estimulados. Deixou-se de demonizar o serviço público, acrescentou.

Agronegócio

Ao ser questionado sobre os atritos do governo com setores do agronegócio, Haddad disse que sua interação com o setor é indireta, sendo mediada pelo Ministério da Agricultura. O que a gente cuida, e cuida bem, é do Plano Safra, pontuou.

Apesar dos recordes na produção de grãos - a agricultura no País está indo bem -, defendeu -, ele manifestou preocupação com a queda em algumas culturas importantes, nas quais a produção per capita está caindo. Ainda assim, Haddad frisou que o agronegócio é a atividade onde a produtividade do trabalho mais cresce no Brasil.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/19/discussao-sobre-queda-de-juros-e-tecnica-nao-deve-ser-politica-mas-e-legitima-diz-haddad.htm>

Chanceler do Japão diz ter esperança na reforma tributária brasileira para elevar investimentos

Hiroshima

Em reunião de aproximadamente 50 minutos com o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, o chanceler do Japão, Yoshimasa Hayashi, afirmou ter esperança no avanço da **reforma tributária** brasileira como forma de ampliar os investimentos da nação asiática no País. A sinalização positiva por parte do Japão já havia sido feita na semana passada, em um encontro em Tóquio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com empresários locais.

Fechado, o encontro bilateral entre os chanceleres aconteceu em Hiroshima, no hotel em que a delegação brasileira está hospedada. Mauro Vieira acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na visita oficial ao Japão para participar da cúpula do G7, que acontece na cidade japonesa neste final de semana.

O ministro Hayashi expressou sua esperança no avanço da **reforma tributária** brasileira, afirmando que isso estimularia os investimentos das empresas japonesas, diz o **comunicado** do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. O Brasil ainda não se manifestou sobre a bilateral. De interesse do governo, a **reforma tributária** vai tramitar no Congresso Nacional após a aprovação do novo arcabouço fiscal.

De acordo com a nota japonesa, Hayashi se comprometeu a manter o apoio ao processo de entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e manifestou o interesse em fortalecer os laços comerciais com o Brasil.

Os dois ministros trocaram pontos de vista, entre outros, sobre a situação na Ucrânia e no Leste Asiático. Os dois ministros também compartilharam a opinião de que os dois países, como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, trabalhariam juntos e liderariam as reformas do Conselho de Segurança em união como membros do G4, limita-se a dizer o **comunicado** sobre o ponto nevrálgico das discussões multilaterais em Hiroshima, a guerra na Ucrânia.

Os dois ministros compartilharam a visão de que toda a comunidade internacional precisa trabalhar em conjunto para defender uma ordem internacional livre e aberta baseada no estado de Direito, acrescenta o texto.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/19/chanceler-do-japao-diz-ter-esperanca-na-reforma-tributaria-brasileira-para-elevar-investimentos.htm>

Haddad diz que há aperfeiçoamento a ser feito nas metas de inflação e sinaliza fim iminente do ano-calendário

SÃO PAULO (Reuters) - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender nesta quinta-feira que o Banco Central passe a perseguir uma meta de **inflação** desvinculada do ano-calendário e sinalizou que está mudança, a ser feita no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), poderá ocorrer na reunião de junho do colegiado.

"Há aperfeiçoamento para ser feito e talvez a oportunidade seja agora", disse Haddad, durante entrevista ao programa "Caminhos com Abílio Diniz", da CNN. A entrevista foi gravada durante a tarde e veiculada à noite.

Questionado sobre a possibilidade de mudanças nas metas de **inflação**, definidas pelo CMN, Haddad afirmou que o Brasil é um dos dois países do mundo que adotam o regime de metas de **inflação** e que têm como horizonte para cumprimento do objetivo o ano-calendário. O outro país é a Turquia.

"A Europa tem uma meta de 2%. Até um mês atrás, eles estavam comemorando a queda da **inflação** de 9% para 8,5%", pontuou Haddad.

Segundo ele, uma meta de 3% --como é o caso das estabelecidas pelo CMN para os anos de 2024 e 2025-- precisa ser contínua, e não limitada a um ano-calendário.

No início do mês, Haddad já havia feito uma defesa enfática da mudança de calendário para o regime de metas de **inflação**, argumentando que manter um objetivo contínuo evita desorganizar a economia em momentos em que o cumprimento da meta impõe custos muito altos para a atividade.

Na reunião de junho, o CMN vai definir a meta inflacionária de 2026. A expectativa é de que o colegiado também possa aprovar a alteração do prazo para atingimento da meta. A possibilidade não é vista de forma negativa pelo mercado financeiro.

O CMN é formado por Haddad, pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

GASTO TRIBUTÁRIO

Haddad também reafirmou, durante a entrevista, que a intenção do governo é cortar um quarto das isenções tributárias. Segundo ele, o peso desses benefícios, para as contas públicas, corresponde a cerca de 6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Vamos cortar 1,5% do gasto tributário. Vamos rever um quarto dos gastos fiscais. Com isso, mesmo crescendo algumas despesas, como a do salário-mínimo, vamos atingir o resultado primário", disse Haddad, quando questionado se é factível zerar o déficit primário.

O ministro também afirmou que o Congresso está "pronto para votar a **reforma tributária**". De acordo com Haddad, após a fase de reorganização do Estado e das contas públicas, o governo deve entrar, já no segundo semestre deste ano, numa agenda de médio e longo prazo, em especial em temas voltados para a transição ecológica.

Haddad disse que o governo tem um conjunto de 100 ações organizadas na área de transição ecológica que serão lançadas até o fim do mandato do presidente Lula e que poderão chamar a atenção do mundo para o Brasil.

(Por Fabrício de Castro)

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/05/19/haddad-diz-que-ha-aperfeicoamento-a-ser-feito-nas-metas-de-inflacao-e-sinaliza-fim-iminente-do-ano-calendario.htm>

Relator afirma ter ampliado os gastos em R\$ 12 bilhões

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Estevão Tair e
Guilherme Pimenta De Brasília**

Relator do projeto do novo marco fiscal do país, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) rebateu as projeções do mercado que o acusam de ampliar os gastos em cerca de R\$ 80 bilhões nos próximos dois anos. "O espaço extra que demos é de apenas R\$ 12 bilhões e é justificado porque a base de cálculo estava menor por uma excepcionalidade negativa, que foi a desoneração dos combustíveis", afirmou ao Valor.

O projeto limita a expansão das despesas do governo ao crescimento da **inflação** mais um aumento real entre 0,6% e 2,5%, equivalente a até 70% do incremento das receitas de um ano para o outro. O prazo de apuração da receita não segue o exercício financeiro, mas a arrecadação de julho a junho.

Essa forma de cálculo, disse Cajado, levaria a distorção para o próximo ano. De julho de 2022 a junho de 2023 vigorou a desoneração dos combustíveis, dada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em virtude da eleição, o que reduziu em cerca de R\$ 50 bilhões por ano as receitas da União. De julho de 2021 a junho de 2022 não havia essa perda extraordinária de arrecadação.

Essa diferença fez com que Cajado optasse por estabelecer que, para 2024, o patamar das despesas seria ajustado pelo teto da regra fiscal, de 2,5% (além da correção inflacionária). Foi um pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em função de outras mudanças no texto.

Parte do mercado financeiro criticou a mudança. O ex-secretário do Tesouro Jefferson Bitencourt, hoje na ASA Investments, estimou que as despesas teriam ganho real de apenas 0,6%, o piso, por causa da fraca arrecadação, e impor o teto aumentará os gastos em R\$ 38 bilhões. "O relator tem as justificativas dele, meritórias, e até apertou a regra em relação à proposta original do governo, mas o fato é que há tratamento diferenciado que torna a regra menos dura no início." O relator contesta esses números.

Segundo Cajado, as contas do Ministério da Fazenda apontam que a desoneração fez com que a arrecadação, que poderia ter crescido 3,6%, caísse para alta de 2,9%. Como o crescimento das despesas

será de 70% das receitas, o aumento real dos gastos seria reduzido de 2,5% para 1,9% em função dessa "excepcionalidade".

Ao estabelecer o crescimento pelo teto, uma diferença de 0,6%, o governo poderá gastar R\$ 12 bilhões a mais em 2024.

"Isso tem uma lógica muito clara de tirar um efeito negativo que teve essa desoneração sobre a receita", afirmou Cajado. "Tiramos as receitas atípicas positivas e também tiramos uma atípica negativa, que foi a redução extraordinária de **impostos**", disse.

Ele destaca que o parecer endureceu ao retirar do cálculo da arrecadação as receitas extraordinárias com os R\$ 23 bilhões recebidos este ano das contas do PIS/Pasep não movimentadas há mais de duas e de futuros programas especiais de recuperação fiscal, os famosos Refis.

O relator também refuta que tenha "liberado mais R\$ 40 bilhões" em gastos ao permitir que, apenas este ano, a Fazenda possa usar as estimativas da **inflação** até dezembro para dizer o valor das despesas de 2024. "Nesse ponto, não há um centavo a mais em relação a projeção original do governo", rebateu.

A proposta do governo já era utilizar a **inflação** (IPCA) de janeiro a dezembro. O relator optou por estabelecer que a conta seria feita com base na **inflação** de julho a junho, como era antigamente no teto de gastos, por acreditar que isso trará maior precisão aos cálculos.

O Orçamento é aprovado em dezembro, antes que se saiba com certeza a **inflação** do fim do ano, o que poderia fazer com que fosse exagerado ou subestimado.

Essa mudança no período de aferição tiraria cerca de R\$ 40 bilhões do governo em 2024 porque a **inflação** agora de junho está cerca de dois pontos percentuais abaixo do que as estimativas apontam para dezembro. Isso causaria problema extra porque o salário mínimo e parte das aposentadorias são corrigidos pela **inflação** de dezembro, o que comprimiria outras despesas.

"O que fizemos foi ajustar, para os anos posteriores, a **inflação** entre julho e junho. Mas se isso fosse

aplicado imediatamente afetaria os planos do governo para o próximo ano, então optamos por um meio termo. É preciso destacar que isso não será incorporado à base de cálculo e o governo terá que se adequar em 2025 para acomodar estas despesas", afirmou.

Economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria ressaltou que só a diferença de 0,6% e 2,5% para 2024 elevará os gastos em R\$ 38 bilhões. "Mas o erro desse ajuste, independentemente de serem R\$ 12 bilhões, R\$ 38 bilhões ou R\$ 40 bilhões, está no fato de ele ferir a essência do arcabouço", afirmou. "Na prática, o governo federal está empurrando o ajuste para a partir de 2025, o que reduz a credibilidade da nova regra fiscal", declarou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187548?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187548?page=1§ion=1)**

"Aumento de gastos corrige desoneração"

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Cláudio Cajado Deputado federal (PP-BA), relator do arcabouço fiscal

Relator do arcabouço fiscal na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirma que os dispositivos incluídos no texto que permitem o aumento do patamar de gastos do governo na largada da nova regra são decorrência da desoneração de combustíveis, acionada ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), às vésperas das eleições de 2022.

"Não é compensação. São números. No governo anterior, houve uma diminuição da receita pela desoneração dos combustíveis. Então, a receita que você está calculando de junho do ano passado a julho deste ano será impactada por essa queda da receita. Além disso, houve uma deflação por conta dessa desoneração", disse o parlamentar ao Estadão.

Ainda que economistas de mercado prevejam um aumento de até R\$ 80 bilhões nos gastos do governo nos próximos dois anos, técnicos da Câmara avaliam que a brecha é menor e ficaria ao redor de R\$ 42 bilhões.

A ampliação dos gastos na partida do programa é um dos assuntos que começaram a aparecer nas conversas de parlamentares nesta semana e que devem esquentar até a próxima quarta-feira, quando há a previsão de ser votado o mérito do arcabouço fiscal, ou seja, a proposta em si. Anteontem, foi aprovada a tramitação acelerada na Câmara, com ampla folga: 367 votos a 102.

"Nossa partida é lógica", afirma Cajado, ao comparar a abertura de gastos no lançamento do novo arcabouço com a ampliação feita no teto de gastos, em 2017. "O que estamos dando a mais é pelo passado.

O que aconteceu no passado (desoneração dos combustíveis) afetaria o cálculo." Na entrevista, Cajado afirma que mudanças em seu relatório estão sendo sugeridas pelos partidos - 40 emendas já foram protocoladas por PSOL, Novo, PL e União Brasil -, mas só serão acatadas as sugestões que tiverem "amplo acordo" com líderes partidários.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Por que o sr. autorizou uma partida de expansão maior de gastos ao governo no próximo ano?

Na verdade, nós fizemos uma concretização dos números.

Nós tiramos tudo que é estimado.

E o governo colocou que a estimativa (de receita) de julho a dezembro teria um impacto, pelos cálculos dele, de 2% a 2,5% (acima da inflação). No ano passado, foi feita a desoneração dos combustíveis, então a inflação ficou subestimada. Calculou-se que essa perda seria importante para que o governo passasse para 2024 com esse valor. Então, nós resolvemos crescer. É uma brecha só para 2024.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo vai aumentar projeção do PIB deste ano

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que sua equipe de economistas está revisando a expectativa de crescimento da economia neste ano para 1,9%. Antes a Fazenda estimava expansão de 1,6% para o Produto Interno Bruto (**PIB**). O Boletim Macrofiscal, que deve ser atualizado na segunda-feira, também deverá elevar a projeção de **inflação** dos atuais 5,3% para 5,6%, segundo o ministro.

As declarações de Haddad foram dadas no contexto de uma pergunta sobre a que ele atribuiria o aumento da taxa de desemprego no Brasil para 8,8%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em primeiro lugar, disse o ministro, o dado do desemprego é menor do que no ano passado.

Em segundo, há que se observar que temos um processo de desaceleração que já dura pelo terceiro ano por causa do aumento da taxa de juros.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC da Anistia só faz aumentar o desgaste da política (Editorial)

Sem nenhum constrangimento, parlamentares das mais variadas legendas e inclinações ideológicas aprovaram na terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que promove a maior anistia da História recente a partidos que cometeram irregularidades na prestação das contas eleitorais ou que descumpriram as cotas destinadas a aumentar a participação de mulheres e negros nos pleitos.

Ninguém tem o direito de se dizer surpreso com a insólita e oportunista coalizão de apoio à PEC da Anistia, aprovada na CCJ por 45 votos a 10. O arco se estende do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), ao líder da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), passando por parlamentares de direita, de esquerda e de centro -tudo para livrar as legendas de qualquer mordida nos fartos recursos públicos distribuídos pelos fundos eleitoral e partidário.

Apenas o Novo e a federação PSOL-Rede foram contra a proposta.

Não é a primeira vez que os parlamentares resolvem se conceder uma anistia. No ano passado, o Congresso já promulgara outra emenda à Constituição anulando punições para legendas que descumpriram o mínimo de 30% de repasses do fundo para financiar campanhas eleitorais de mulheres. O mau exemplo deveria ter servido para barrar outras iniciativas do tipo. Parece, em vez disso, tê-las perpetuado.

Uma análise do Tribunal Superior Eleitoral sobre gastos partidários em 2017 detectou irregularidades nas prestações de contas e determinou multas de R\$ 40 milhões corrigidas pela **inflação**. Mas a PEC da Anistia tudo perdoa. Põe-se uma pedra em cima do condenável uso de laranjas para fraudar cotas de mulheres, das extravagantes inconsistências nas contas, como o uso de recursos públicos para comprar toneladas de carne, equipamentos para churrasqueira, taças de vinho e até construir piscina. A farra com o dinheiro público, pelo visto, está liberada.

A sociedade tem reagido ao absurdo.

Organizações como Instituto Vladimir Herzog, Transparência Partidária e Transparência Eleitoral Brasil torpedearam a PEC. O Instituto Não Aceito Corrupção divulgou nota dizendo que a anistia "rasga

a Constituição, estapeia o povo, pisa no Estado Democrático de Direito e nem sequer deveria ser admissível".

Mas os parlamentares não dão ouvidos, estão mais preocupados com seus próprios interesses.

Que garantia o eleitor terá de que nos próximos pleitos as regras votadas pelo próprio Congresso não serão mandadas às favas e de que o dinheiro do contribuinte não será queimado noutras churrasqueiras? Nenhuma. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, alega que as multas fixadas pela Justiça Eleitoral são abusivas, inviabilizam os partidos e deveriam ter apenas valor pedagógico. Ora, se com punição as normas já são desrespeitadas -há sempre a perspectiva de uma anistia -, imagine-se como seria sem.

A proposta ainda precisa passar por Comissão Especial antes de ir a plenário.

A despeito de contar com amplo apoio no Congresso, precisa ser barrada.

Os partidos deveriam ser responsabilizados pelos atos que cometeram.

Do jeito como está, a PEC da Anistia só acentua o descrédito que contribui para aventureiros externos ao universo da política ganharem espaço. O Brasil já sabe bem onde isso pode parar. Da última vez, a democracia resistiu. Nada garante que resistirá da próxima.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Relator do arcabouço vê alta de gastos de só R\$ 10 bi



Cajado. Segundo o texto do deputado, para 2024 a correção dos gastos se dará pelo máximo permitido pela regra (2,5%)

VICTORIA ABEL, MANOEL VENTURA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

O relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, Cláudio Cajado (PPBA), negou que o substitutivo editado por ele no início da semana abra espaço para ampliação de gastos em até R\$ 80 bilhões, cálculo feito por economistas do mercado financeiro. Ele estima um aumento na faixa de R\$ 10 bilhões, mesma quantia prevista pelo Ministério da Fazenda:

-Os números são incorretos e improcedentes. Não existe nenhuma alteração do valor da despesa que foi ofertada (pelo governo). Mantivemos o que veio no texto original, apenas mudando o que era estimado de **inflação** de julho a dezembro (deste ano). E concretizamos de julho de 2023 a junho de 2022. A diferença que passa a existir, de 2%, colocamos como possibilidade de o governo utilizar em crédito adicional. Nós aumentamos em 2,5% o aumento real, para que houvesse essa correção.

Cajado comentou o assunto no podcast 2+1, de Vera Magalhães e Carlos Andreazza.

A conta de Cajado contraria, por exemplo, a do ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments e especialista em contas públicas. Ele entende que haverá forte aumento de despesas no ano que vem, por dois fatores. Primeiro, porque o relator alterou a referência para o cálculo da **inflação** que irá corrigir o limite de

gastos. Mas permitiu que a diferença entre a **inflação** realizada no fim do ano e aquela que consta no Orçamento seja utilizada para despesas no ano seguinte. Pelas contas de Bittencourt, a diferença entre o IPCA do ano fechado de 2023 (5,8%) para o de 12 meses encerrados em junho deste ano (3,7%) dará R\$ 42 bilhões em gastos extras.

Além disso, Cajado manteve a regra proposta pelo governo, que estabelece que as despesas sempre crescerão o equivalente à **inflação** mais 70% da variação real da receita. O texto, porém, já determina que para o ano de 2024 a correção dos limites se dará pelo máximo permitido pela regra (2,5%), independentemente da receita aferida pelo governo. Isso dará mais R\$ 38 bilhões de despesas no ano que vem.

Em agenda no escritório do Ministério da Fazenda na Avenida Paulista, em São Paulo, o ministro Fernando Haddad afirmou ontem que a aprovação do regime de urgência do novo arcabouço fiscal no Congresso é uma vitória do governo e que, pelas projeções dos técnicos da Fazenda e do Tesouro, em qualquer cenário o crescimento de despesas do governo seria inferior a 50% da alta de receita até 2024.

-O relator (do marco fiscal), deputado Cajado, foi uma pessoa muito habilidosa em construir essa expressiva votação na Câmara, e esperamos que até a semana que vem a gente tenha a tranquilidade de dar um suporte técnico para a Câmara. O suporte será dado com as contas que precisarem ser feitas em relação às dúvidas de parlamentares sobre a inclusão de despesas no teto de gastos e na questão da diferença entre **inflação** projetada ou apurada no final do ano. Esses pequenos detalhes que foram alterados no relatório -disse.

40 PROPOSTAS DE EMENDAS

No podcast 2+1, Cajado afirmou que já recebeu 40 solicitações de possíveis emendas ao projeto. Ele se comprometeu a analisar os pedidos e acrescentar ao relatório se houver consenso entre as lideranças de que as alterações melhoram o texto:

-Até agora, são 40 solicitações de apresentações de emendas. Eu vou analisar de forma muito dedicada, vamos ver as justificativas de cada um, e eu vou dar

meu parecer. Sugestões que estão surgindo também vamos analisar. Se vier para aperfeiçoar o texto, podemos levar em consideração. Mas acho que o texto ficou equilibrado. Meu receio é mexer para alterar um lado e criar descompasso em outro lado.

O deputado destacou que existe um acordo para que alterações passem não apenas pela avaliação dos parlamentares, mas pelo crivo dos ministérios da área econômica. Ele acredita que o texto está blindado de disputas políticas:

-Se dependesse da base do governo, nem sei se seriam aprovadas matérias de quórum simples. Existem matérias que vão além do interesse do governo. Mesmo que o ambiente político esteja contaminado, matérias como essa não serão contaminadas.

O relator do arcabouço ainda considerou a figura do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), essencial para a aprovação da proposta.

-Acho que seria mais difícil. Nós sabemos separar a disputa eleitoral, a disputa política partidária, daquilo que interessa ao Brasil - afirmou Cajado, que é do mesmo partido de Lira.

"Se vier para aperfeiçoar o texto, podemos levar em consideração. Mas acho que o texto ficou equilibrado. Meu receio é mexer para alterar um lado e criar descompasso em outro lado"

Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Revisões para cima do PIB não são sinônimo de otimismo, alerta FGV Ibre



Silvia Matos: "Recessão é que nem gravidez: ou se está ou não se está"
Marcelo Osakabe De São Paulo

A recente leva de revisões para cima do crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre e para 2023 pode até passar a impressão de mais otimismo para este ano, mas um olhar sobre o comportamento esperado para os próximos meses desautoriza esse sentimento, na visão do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Esse cenário mais positivo ocorre, segundo a edição de maio do Boletim Macro, porque a agricultura, que tem surpreendido sucessivamente com novas previsões de safra, deve entregar sua contribuição ao do Produto Interno Bruto (**PIB**) praticamente inteira nos primeiros três meses do ano. Sem o principal dinamizador da economia do país, responsável por três quartos do crescimento do **PIB** previsto para 2023, o desempenho nos próximos meses deve ser bastante magro.

O Boletim Macro traz neste mês uma revisão para cima das estimativa de expansão econômica do ano, de 0,3% para 0,8%. Para os primeiros três meses de 2023, a projeção passou de 1,0% para 1,2%. Deste, 0,9 ponto porcentual vem do setor primário.

"Se a contribuição da agricultura fosse zero no primeiro trimestre, o **PIB** do período seria de apenas 0,3%. No ano, cairia de 0,8% para 0,3%", observa a

coordenadora do Boletim Macro, Silvia Matos. "O que vemos, devido a essa especificidade que é o setor concentrar sua participação no **PIB** no começo do ano, é que os demais meses se mostram bastante fracos." Silvia nota que os dados e indicadores antecedentes do segundo trimestre já apontam nessa direção.

Em abril, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) e o Índice de Confiança dos Consumidores (ICC) cederam 0,3 e 0,2 ponto, respectivamente, mantendo-se abaixo do nível neutro de 100 pontos.

Já na prévia de maio, com dados até o dia 12, o ICE aponta para baixa de 0,7 ponto, atingindo os 90,4 pontos. O ICC, por sua vez, aponta uma leve melhora de 1,2 ponto, chegando aos 88 pontos.

Mesmo no setor de serviços, que corresponde a cerca de metade do **PIB** e vem surpreendendo pela resiliência, os prospectos começam a ficar mais sombrios. Em março, a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou contração de 1,7% dos serviços prestados às famílias e os indicadores antecedentes do Ibre, que mostram forte recuo das expectativas desde o início do ano, seguem mostrando piora. Em abril, 47% das empresas afirmaram que a demanda é um fator limitante para o desempenho do setor, acima da média histórica de 25% a 30%. "É outro sinal de alerta", diz.

Contrabalanceando o impulso positivo da agricultura, o investimento deve apontar contração de 3% no primeiro trimestre. Somente a produção de bens de capital contraiu 1,8% na comparação com o período anterior, e há uma desaceleração generalizada na produção, mesmo naqueles destinados aos setores agrícola, da construção e de energia elétrica.

"O recuo foi muito generalizado e para além do esperado em razão da drástica queda na produção de caminhões, esta devida às mudanças de normas de redução de emissão de poluentes exigidas pelo Proconve P8", diz o Boletim Macro.

Apesar de as projeções trimestrais estarem perto de zero, Silvia diz que não dá para falar em recessão este ano. "Recessão é que nem gravidez: ou se está ou não se está. Qualquer número perto de zero pode oscilar para o vermelho ou o azul na revisão que o IBGE faz no trimestre seguinte." A perspectiva de

desaceleração da economia, no entanto, não significa um respiro para a dinâmica da **inflação**, que segue desafiadora.

Houve surpresa altista do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) em abril, vindo principalmente do grupo alimentação. Os dados do mês passado também mostraram resiliência dos preços dos serviços livres, cuja **inflação** em 12 meses está rodando em 7,49%, ante 4,18% do IPCA cheio.

Em especial, chama atenção o grupo "outros serviços", cuja taxa em 12 meses está rodando em 6,82%. "Mais sensíveis à demanda, apresentam maior persistência inflacionária neste momento.

O que é mais difícil de explicar num contexto em que a taxa de juros está tão elevada", escreve o economista André Braz.

Outro fator que contribui para a resiliência dos serviços é a dinâmica do mercado de trabalho. O desemprego fechou o primeiro trimestre em 8,8% e a expectativa é que a taxa siga apresentando queda marginal nos próximos meses. Silvia pondera que, se a taxa de participação no mercado de trabalho se mantivesse em patamares parecidos aos observados até 2019, a taxa de desemprego com ajuste seria de 11,7%.

Nesse contexto de desaceleração à vista e **inflação** resiliente, um risco é o governo se sentir pressionado a colocar o pé no acelerador, diz Silvia. "Infelizmente, não conheço um processo de desinflação dos serviços sem dor", diz Silvia.

"Só que já tivemos o aumento real do salário mínimo e uma expansão do gasto social. O problema é que isso acaba brigando com a política monetária. Essa ideia de que agosto pode ser o mês para a queda dos juros depende muito da dinâmica dos núcleos e dos serviços.

E, se o governo aumentar os estímulos, podemos ter uma situação em que o hiato do produto, que está positivo desde meados do ano passado, demorar mais a voltar ao terreno negativo, como se espera que ocorra no segundo semestre." Silvia lembra ainda que uma política fiscal mais expansionista pode ter efeito negativo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

"A gente sabe e estuda que, quando gasto do governo aumenta, a taxa de juro neutra de curto prazo sobe e é preciso uma Selic maior para se ter um mesmo efeito.

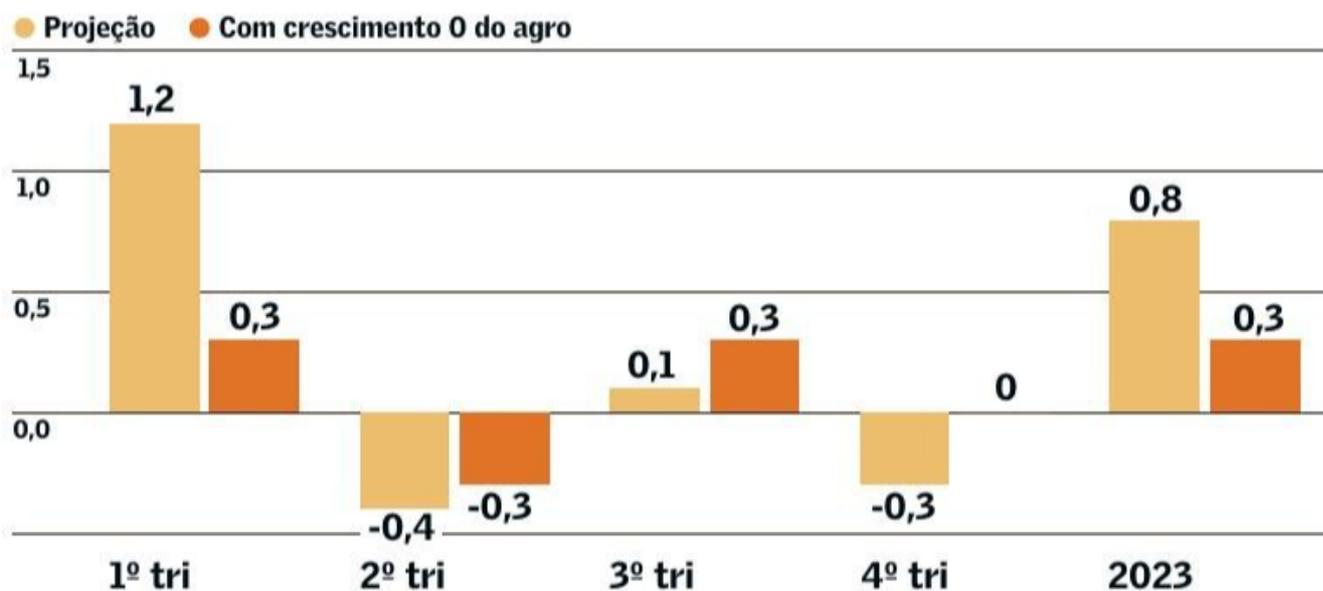
Ou seja, pode-se perder a oportunidade de acelerar o crescimento em 2024", diz. O Ibre espera avanço no próximo ano de 0,9%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187548?page=1§ion=1>

Crescimento dependente

Expansão do PIB com e sem contribuição da agricultura, em %*



Fonte: Ibre FGV *primeiras estimativas

SPE eleva previsão de crescimento para 1,9% este ano, antecipa Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou as projeções econômicas que a Secretaria de Política Econômica (SPE) deve soltar na semana que vem, junto com o Boletim Macro- Fiscal, na próxima segunda-feira.

"A secretaria está reprojetoando o crescimento deste ano para 1,9%", disse o ministro a jornalistas que o aguardavam na sede da Fazenda na capital paulista.

Segundo ele, o primeiro trimestre foi "relativamente bom, surpreendeu economistas, temos condição de fechar o ano na casa de 1,8% a 2,0%".

Haddad também afirmou que a SPE trabalha agora com uma projeção de **inflação** de 5,6% para este ano. "Nossa projeção de **inflação** é menor que a do mercado, estamos com taxa de **inflação** em torno de 5,5%", disse o ministro, que depois foi corrigido pelo secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, para uma projeção de 5,6%.

No último boletim MacroFiscal, divulgado em março, a SPE havia reduzido a projeção de **PIB** em 2023 de 2,1% para 1,6%. Já a projeção para o **ÍPCA** havia sido ajustada de 4,60% para 5,31%.

O ministro voltou dizer, como havia feito na quarta-feira, que há margem para redução dos combustíveis em junho, em razão dos preços internacionais do petróleo. Ele afirmou que, levando em consideração a antiga política de preços da Petrobras, a paridade do preço internacional (PPI), existia espaço para redução maior na gasolina do que a de R\$ 0,40 por litro nas refinarias anunciada na quarta-feira, 17.

Haddad negou que o governo pretenda burlar a regra de crescimento das despesas já no primeiro ano de vigência do novo arcabouço fiscal. Ele afirmou que o patamar de 2,5% de crescimento real será menos que a metade do crescimento das receitas.

"Pedi para a **Receita Federal** e o Tesouro rodarem várias projeções.

No pior cenário, a despesa vai crescer menos que 50% do aumento da receita", afirmou Haddad, acrescentando que essa projeção é para ano fechado. "A despesa, em todos os cenários de 2024, crescerá menos que metade da receita." Segundo o ministro, o

patamar de 2,5% foi fixado porque a receita apurada de 2023 não é um bom indicador da receita de 2024, uma vez que não contempla reonerações e vitórias judiciais recentes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187548?page=1§ion=1>

Novo regime fiscal poderá gastar mais do que permite (Editorial)

O novo regime fiscal proposto pelo governo Lula pretende começar com "pegadinhas" que, se aprovadas pelo Congresso, contribuem para desmoralizá-lo logo de início e reforçam as suspeitas de que ele não será cumprido. O relator do projeto de lei complementar 93, deputado Claudio Cajado, preencheu lacunas importantes da nova estrutura, acrescentando compensações pelo descumprimento das metas que simplesmente não existiam. Atendeu a pedidos do governo, no entanto, ao afrouxar os gastos.

Como informou O Globo (16 de maio), foram incluídos dois expedientes que limitam a austeridade no início de implantação do novo regime. Uma delas é a que estabelece que, independentemente do mecanismo fixado no projeto de lei, as despesas poderão ter avanço real de 2,5% em 2024, o máximo permitido, desobedecendo o preceito de que elas evoluam no máximo a 70% da variação real das receitas. A regra do novo regime estabelece um avanço real de gastos em qualquer circunstância, de 0,6% a 2,5%, mesmo no caso em que haja frustração de receitas e a meta de superávit primário (ou déficit) não seja atingida.

Como a arrecadação subiu bastante de julho de 2021 a junho de 2022 e está desacelerando em função do desaquecimento da economia, o cumprimento das regras indica, segundo cálculos de economistas, que os gastos, na largada do plano fiscal, poderiam crescer algo em torno de 1% acima da **inflação**.

A justificativa dada pelo relator, reproduzindo palavras dos interlocutores do governo, é a que deveria haver uma compensação pela queda da arrecadação no período abrangido pela nova regra fiscal, de julho de 2022 a junho deste ano, decorrente da desoneração dos combustíveis. O argumento é desarrazoado.

O governo Lula teve a chance de eliminar a desoneração e elevar as receitas seis meses depois, logo que assumiu, mas, por motivos políticos, não o fez em janeiro. Essa foi, aliás, a primeira derrota pública logo na estreia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Lula prorrogou a desoneração de PIS-Pasep do álcool e da gasolina por 60 dias, mas a manteve por um ano para o diesel, biodiesel, gás de cozinha e gás natural até 31 de dezembro do corrente ano. O governo poderá então gastar mais em 2024 por uma perda de arrecadação que poderia interromper

logo no começo do mandato.

Este não foi o único ajuste favorável ao governo aceito pelo relator, aliado e indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O período de cálculo do IPCA, Novo regime fiscal poderá gastar mais do que permite que permitirá determinar o aumento das receitas e dos gastos, foi mudado. Pela proposta governista, seria utilizado o índice já apurado no ano até julho e se estimaria o dos meses restantes.

Cajado fez coincidir os prazos da apuração da receita líquida com o da **inflação**. Caso a **inflação** seja maior do que a que foi utilizada na confecção do orçamento, o governo poderá realizar gastos correspondentes no decorrer do ano seguinte.

Se a **inflação** for menor, não haverá cortes.

O governo Bolsonaro tentou fazer uma gambiarra para gastar mais, estendendo em 2022, sob o teto de gastos, o período de apuração da **inflação**, que encerrava em junho, para dezembro. A mesma coisa ocorrerá agora com o orçamento do segundo ano do mandato de Lula. O IPCA deve continuar caindo até junho, quando, em 12 meses, conforme a regra, deverá ficar um pouco abaixo de 4%. Mas, com a saída das deflações de julho, agosto e setembro do índice, ele encerrará o ano bem perto de 6%.

Com os dois mecanismos contemplados pelo relator, o governo Lula poderá gastar mais em 2024, depois de obter de Lira a aprovação da PEC de Transição com aumento de R\$ 168 bilhões de despesas. Os cálculos sobre o montante extra variam de R\$ 40 bilhões a R\$ 80 bilhões. Esse valor incorpora-se ao saldo de despesas que será corrigido no exercício seguinte. O relator argumenta que a Consultoria de Orçamento previa avanço de 3,6% nas receitas, caso não houvesse desoneração. Com ela, haverá alta de 2,9%, o que se traduz em aumento real de despesas de 1,9%. Segundo ele, houve acréscimo de 0,6%, algo como R\$ 12 bilhões. Mas o aumento da **inflação**, de quase dois pontos percentuais, elevará a permissão de despesas em cerca de R\$ 40 bilhões.

Os dois "presentes" dados pelo intermediário de Lira ao governo Lula indicam compromisso firme de que haverá uma aprovação tranquila do novo regime fiscal pela Câmara, sem sinal de sobressaltos no Senado.

Cajado, por outro lado, criou amarras no novo regime que o governo preferia não ter. O descumprimento das metas no primeiro ano será seguido de restrições, como proibição de criação de novas despesas obrigatórias, concessão de novos subsídios etc. Se o mesmo ocorrer pela segunda vez, serão proibidos aumentos e reajustes para o funcionalismo.

A licença ampliada para gastar torna mais difícil zerar o déficit em 2024, como previsto no novo regime fiscal. O governo precisava arrumar receitas de mais de R\$ 100 bilhões para que isso ocorra e, agora, terá de se virar para conseguir bem mais que isso. O ajuste fiscal proposto, que já parecia feito com má vontade, torna-se menos crível.

Site: valor.globo.com